



ÍROHÍN

Brasília, ano XI, nº 14,
dez. 2005/jan. 2006

Escolha seu papel

Na foto à esquerda, atores e atrizes do Bando de Teatro Olodum há 15 anos recriam em Salvador (BA) a diversificada trama de possibilidades do protagonismo negro numa sociedade opressiva e preconceituosa (Pág. 26). Abaixo, modelos e atores negros reforçam clichês racistas no lançamento da campanha "Invasão canibal", da agência Ogilvy, para a maionesa Hellmann's. A foto é da Av. Faria Lima (SP), dia 27 de janeiro de 2006 (Pág. 2). No teatro ou fora dele, escolha seu papel – uma decisão que depende de sua vontade.

Peça: Essa é nossa praia. Foto: Marcio Lima



Foto: Daniel Cariboso



Na foto ao lado, o grande teatro do Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados.

Enredado em medidas provisórias, emendas constitucionais e aposentadorias de mensaleiros, o sorridente Colégio enfrenta o desafio das cotas nas universidades e dois projetos de Estatuto da Igualdade Racial. Vai decidir? Veja na Pág. 7.



Bono, Maionese e Bomba

O irlandês Bono Vox (Paul Hewson), líder da banda de rock U2, com apresentação prevista para o dia 20 de fevereiro, em São Paulo, fez o prefácio do livro do economista Jeffrey Sachs (**O fim da pobreza – como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos**), lançado no Brasil pela Companhia das Letras, em dezembro de 2005.

Segundo Bono, Jeffrey Sachs “pode dar vida às estatísticas que, afinal, eram vidas em primeiro lugar” e “dar sentido(...) à realidade sem sentido: 15 mil africanos que morrem a cada dia de doenças evitáveis, tratáveis – aids, malária, tuberculose –, por falta de medicamentos que nós consideramos banais. Essa estatística sozinha torna ridícula a idéia a que muitos de nós nos agarramos firmemente: a idéia de igualdade. O que está acontecendo na África zomba de nossa piedade, põe em dúvida nossas preocupações e questiona nosso compromisso com todo esse conceito. Porque, se formos honestos, só podemos concluir que jamais permitiríamos que essa mortandade em massa diária acontecesse em algum outro lugar. Com certeza não na América do Norte, na Europa ou no Japão. Um continente inteiro em chamas? No fundo, se realmente aceitássemos que a vida deles – vidas africanas – é igual à nossa, estaríamos todos fazendo mais para apagar o fogo. É uma verdade incômoda”.

Bono está falando de racismo. A verdade inconveniente, importuna, que causa mal-estar, constrange e aborrece – os racistas. Bono está falando da hierarquização do huma-

no que construiu os argumentos a favor da escravidão, do colonialismo, das diferenças raciais, do genocídio.

Os jornais anunciam que Bono será recebido pelo presidente Lula, que acaba de chegar da África, e depois Bono seguirá para o carnaval da Bahia, com o ministro Gilberto Gil, que lhe ministrará aulas de mestiçagem nos camarotes brancos – grande convés, Gil talvez lhe diga, que avançará sobre o mar de mulatos e caboclos em festa permanente. Alguma coisa assim.

Como Lula acabou de chegar da África, a conversa poderia derivar para as “vidas africanas” que também morrem de doenças tratáveis e evitáveis no Brasil, cujo arranjo estrutural de desigualdades extremas foi desenhado por aquela mesma “verdade incômoda”.

É provável que Bono não tenha acesso à propaganda da agência Olgivy para a maionese Hellmann's, brasileiros negros representando canibais africanos e sendo reeducados em seus hábitos alimentares selvagens pelo branco civilizado. A mensagem é transparente: esses negros selvagens têm que evoluir, deixar de comer mocotó e aderir ao alface com maionese.

A publicidade é parte do conjunto dos meios utilizados amplamente no Brasil para consagrar as hierarquias estabelecidas por aquela “verdade incômoda”. Você, leitor(a), verá nesta edição do **Irohìn** que, respondendo a uma demanda do Ministério Público do Trabalho, a sentença de um juiz projeta a “evolução da raça” como o caminho mais seguro para garantir o acesso dos negros ao quadro de funcionários dos bancos.

Uma receita da evolução já conhecemos: gema de ovo batida com óleo vegetal, tempero a gosto. Maionese desenvolve a capacidade craniana. Com a nossa capacidade craniana igualada aos europeus e seus descendentes, conseguiremos bons empregos nos bancos.

Essa representação do humano acolhida na publicidade e na sentença judicial poderia sugerir a Bono a verdade de que compartilhamos o mesmo contexto cultural que ceifa as vidas africanas, na África e fora dela, influenciado pelas mesmas idéias de superioridade racial desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX e que resistem intactas no início do século XXI.

As nossas estatísticas também tornam ridícula a idéia de igualdade. Quantos adolescentes e rapazes negros foram assassinados em 2005, Ano de Promoção da Igualdade Racial? O determinismo biológico, a noção de que os negros são intrinsecamente inferiores e associados naturalmente à criminalidade e à violência, impede que a luta contra o racismo seja prioridade nas pautas de políticas de segurança (se elas existissem, é claro).

O último disco premiado do U2 é *How to Dismantle an Atomic Bomb* (*Como desativar uma bomba atômica*). Para Florestan Fernandes, em tese feita para o Congresso do Partido dos Trabalhadores de 1990 (já comentei em artigo: “O desafio de controlar a própria explosão”, Brasília, 2001), o potencial da questão racial para a mudança da ordem no Brasil equivaleria ao de um arsenal nuclear. Mais sensível para o tema do que a quase totalidade dos políticos brasileiros, Bono no Planal-



Florestan Fernandes

to ou na Granja do Torto pode, quem sabe, conseguir com o rock o que Florestan não conseguiu com o samba no Congresso do PT e convencer o presidente de que a desativação da “bomba” passa necessariamente pelo reconhecimento pleno dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais das “vidas africanas” no Brasil.

Edson Lopes Cardoso.

IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 10.000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

Irohìn, uma palavra de língua iorubá, significa “notícia”.

Coordenação editorial: Edson Lopes Cardoso.

Equipe *Irohìn*: Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Elisabete Lopes Car-

doso, Fernanda Felisberto, Juliana César Nunes, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Renata Nóbrega, Wania Sant'Anna e Wesley Alcides Lucas.

Editoração eletrônica: Jorge Paulo de França Jr.

Impressão: Correio Brasileiro.

Site: www.irohìn.org.br (em construção).

Caixa Postal: 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF

Fone/fax: (61) 3447-1729.

Apoio: Fundação Ford.



Um olhar sobre o VI Fórum Social Mundial – Caracas

A questão racial foi abordada em raros momentos em Caracas, na Venezuela. Três deles, no entanto, merecem nossa atenção e debate aprofundado.

Mônica Oliveira*

O processo Fórum Social Mundial está em seu sexto ano de realização. Iniciado no Brasil, em janeiro de 2001, já foi realizado na Índia, e este ano assumiu um formato policêntrico, através de eventos na África (Bamako-Mali), na América Latina (Caracas-Venezuela) e em março ocorrerá na Ásia (Karachi-Paquistão).

Idealizado como um espaço "plural, aglutinador de diversas forças sociais e, na medida do possível, horizontal, regido por uma carta de princípios" (Haddad, 2006), o FSM vive hoje relevantes desafios, no que diz respeito às disputas por seus sentidos e significados.

Sempre houve disputas no interior dos coletivos que constroem/realizam o FSM. Disputas políticas entre as forças que dele fazem parte (ONGs, movimentos sociais, sindicatos, imprensa, etc) e disputas com os governos e partidos políticos que apóiam a iniciativa. O que está em jogo é a autonomia e o protagonismo da sociedade civil, frente às tentativas de governos e partidos políticos de monopolizar o Fórum.

Estive no FSM de Caracas e explicito aqui uma avaliação pessoal, diante do que vi e vivi. Por ter sido um Fórum financiado e organizado em sua maioria pelo governo Chávez, suas características foram notadamente diferentes, em relação a outros Fóruns. Já se faziam críticas ao excesso de participação governamental perceptível no Fórum de 2005, em Porto Alegre; em Caracas, o quadro foi ainda pior.

A sensação de que estava num ambiente de fanatismo e idolatria foi permanente. A figura de Hugo Chávez estava em bottons, camisetas, calendários, canetas, faixas de cabelo, bonés, quadros, relógios de parede, bonecos, vendidos profusa-



Foto: AFP

mente em todos os espaços onde havia atividades do Fórum, nas pequenas "feiras" que sempre são montadas ao seu redor. A passeata de abertura do Fórum parecia ter sido pensada apenas para os/as militantes ali presentes, sem a participação da população venezuelana. Percorreu parques e avenidas quase que desertos e afastados do centro e encerrou-se num espaço dos militares, nos dando a sensação de que estávamos participando de algo controlado e à parte, cuidadosamente planejado para não permitir interação com a população.

Particpei de algumas atividades interessantes, onde se discutiam os principais temas dos movimentos sociais hoje: democracia participativa, diálogo entre governos e sociedade civil, relações entre partidos políticos e movimentos sociais. Em algumas dessas atividades, percebia-se o esforço de ampliar a discussão, inserindo diferentes segmentos de lutas sociais, dando vez e voz à pluralidade de sujeitos políticos, ideais, causas, métodos, alianças políticas.

Vivemos distintas experiências de "democracia" na América Latina, mas os desafios enfrentados pelos movimentos sociais são similares. O diálogo com os governos ditos democráticos não tem sido tão mais fácil que com os conservadores, como era o esperado. Os espaços de controle



Foto: Reuters

social da política pública têm cada vez menos poder de decisão e de influência. Há dificuldades para a construção de alianças entre os movimentos, porque permanece uma concepção hierárquica, por parte de alguns, em que há "causas" e lutas mais importantes e mais necessárias que outras. Nesse sentido, ainda há segmentos que percebem a luta contra o racismo, contra o sexismo, contra a homofobia e outras como "questões específicas", ou seja, não prioritárias para o que eles idealizam como "transformação da sociedade".

A presença dos movimentos negros foi relativamente pequena em Caracas, tanto na programação, como nos próprios espaços de atividades. A questão racial foi tratada em raras atividades, mas destaque aqui três momentos que me pareceram importantes.

O primeiro deles foi a Oficina Radicalização da Democracia: Novos Desafios ao Fortalecimento da Atuação da Sociedade Civil. Promovida por associações de mulheres, de ONGs e de militantes GLBT, esta atividade buscou dialogar sobre a radicalização da democracia a partir do olhar desses sujeitos políticos, em suas relações com os partidos, com os governos e entre os próprios movimentos sociais. Percebe-se certa dificuldade em discutir com transparência entre os movimentos como o racismo se manifesta dentro de suas organizações e

entre seus militantes. Momentos como esses são importantes para desnudar as contradições entre os discursos libertadores e as práticas opressoras cotidianas.

Outra atividade em que a dimensão racial foi debatida foi o Seminário Raça, Gênero, Classe e Integração Regional, promovido pela Rede Brasil sobre Instituições de Financiamento Multilaterais. Nesta, discutiu-se como essas categorias políticas vêm (ou não) sendo consideradas nos acordos de integração regional entre os países da América Latina. Constata-se que os governos pouca ou nenhuma atenção estão dando a isso, mas também que os próprios movimentos de resistência também não têm feito diferente, salvo algumas organizações de mulheres e algumas organizações negras. É um debate importantíssimo, porque se corre o risco de fazer uma integração nos moldes neoliberais, com o Brasil cumprindo um papel imperialista, que não corresponde aos interesses da sociedade civil nos diversos países envolvidos, especialmente a população negra, fatalmente a mais atingida pelas consequências negativas desses processos.

Uma terceira atividade que me chamou a atenção foi uma oficina sobre Biotecnologias. As informações trazidas pelas palestras são assustadoras, dada a velocidade do avanço das pesquisas e dos experimentos e a gravidade do que se pode antever como consequências. Renascem as antigas idéias da eugenia, de melhoramento da raça humana a partir de métodos de reprodução como a clonagem. Mas este será o tema de outro artigo.

*Jornalista, diretora da Abong e ativista do Fórum de Entidades Negras de Pernambuco.

Foto: Carlos Moura



Pequeno Balanço de 2005

O maior corte de recursos foi justamente no único programa finalístico para negros: o "Brasil Quilombola"

Mário Theodoro*

O ano da Igualdade Racial não foi dos mais profícuos no que tange às políticas públicas. Os dados recém-publicados dão conta de que nada de novo veio da Esplanada. Nos grandes números, o governo logrou um superávit primário gigantesco: R\$ 93,5 bilhões, ultrapassando em R\$ 11,4 bilhões a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional.

Um vigoroso esforço fiscal foi posto em prática para enfrentar nossa astronômica dívida, hoje na casa de R\$ 1 trilhão. Só de juros, pagamos R\$ 157,1 bilhões, o que nos levou a captar no mercado a diferença, ou seja, R\$ 63,6 bilhões (R\$ 157,1 bi menos R\$ 93,5 bi). É esse o mecanismo perverso que impede a queda dos juros. Se precisamos de dinheiro, temos que pagar por ele taxas atrativas. É certo que nossos juros estão muito acima dos praticados em outros países, mas essa é uma discussão para outra oportunidade. O que queria aqui ressaltar é que a situação é, de fato, grave, não se vislumbrando, no curto ou médio prazo, soluções factíveis.

Essa realidade afeta diretamente ainda os pequenos números do governo. Falo dos programas e das ações governamentais. O gigantesco superávit fiscal foi, em grande medida, obtido com a redução dos gastos governamentais, inclusive nesses programas. O governo cortou recursos dos programas e ações, destinando-os ao pagamento dos juros.

Esse receituário é antigo e vem desde era FHC. Mas ao nos determos mais detalhadamente sobre a natureza desses cortes, chama a atenção um dado, para nós, negros, bastante relevante. As informações consolidadas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2005 demonstram que, do rol de 92 programas sociais definidos no PPA 2004-2007, o maior corte se deu justamente sobre o único programa finalístico direcionado à comunidade negra, o "Brasil Quilombola".

Enquanto a média do total de recursos empenhados em relação ao que havia sido autorizado manteve-se em torno de 97,3% - convenhamos, uma média bastante alta - no caso do Brasil Quilombola esse índice foi de 34,4%. Ou seja, apenas 1/3 dos recursos previstos foram efetivamente disponibilizados para o programa. Nenhum outro programa governamental sofreu contingenciamento de tal monta. O segundo lugar (ou, melhor, o penúltimo lugar) foi o Programa de Drenagem Urbana Sustentável (41,5%) seguido do Programa Nacional de Acessibilidade (43,8%) e do Programa de Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei (44,3%).

O "Brasil Quilombola" parecia ser uma espécie de menina dos olhos do presidente Lula. Era, de fato, a ponta de lança da ação governamental dirigida à comunidade negra. O que melhor o governo disporia para nos contemplar naquele que o próprio governo intitulou o ano da Igualdade Racial. De fato, no que concerne à ação pública, o Ano da Igualdade Racial deixou muito a desejar.

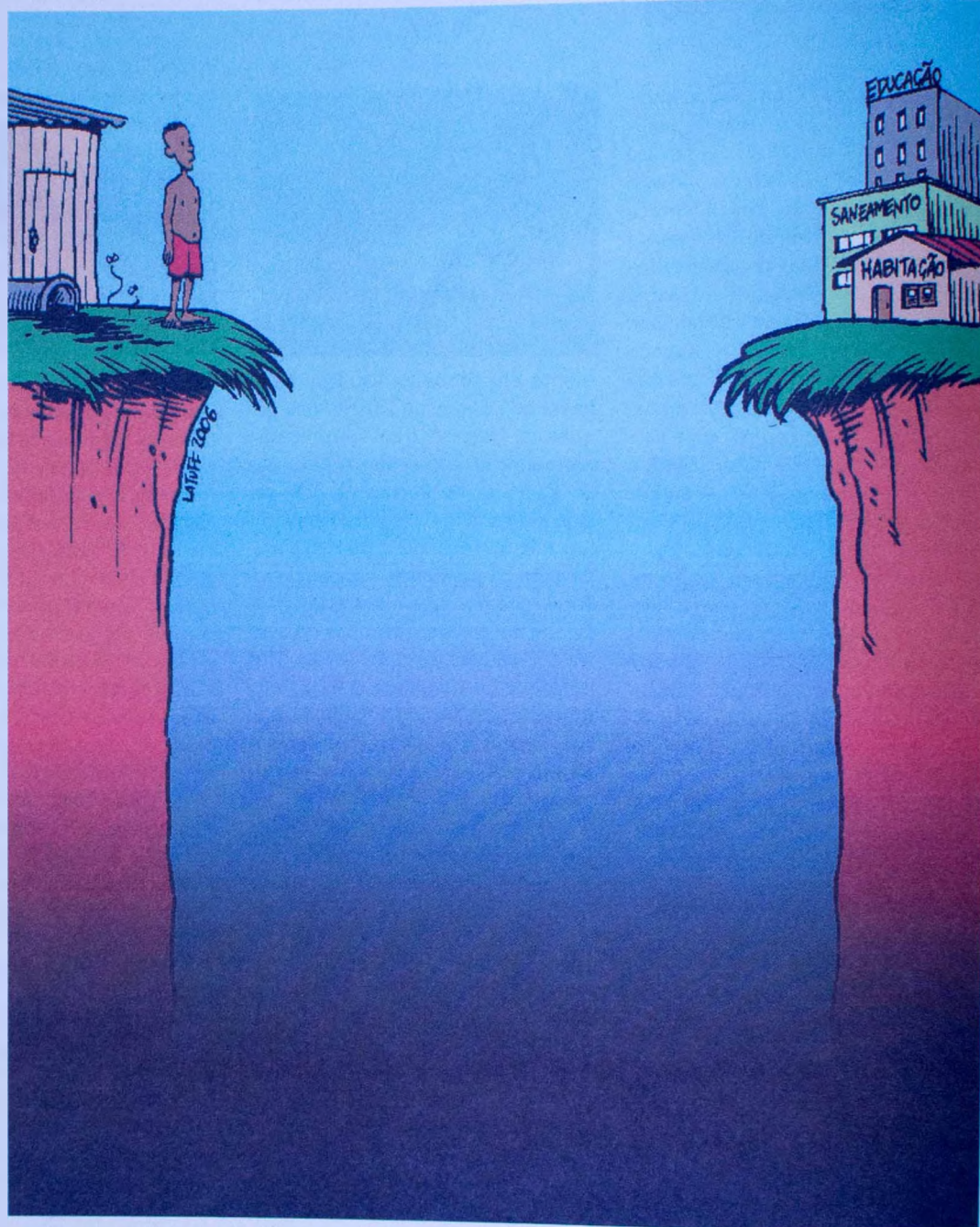


Ilustração: Carlos Latuff

*Doutor em economia e consultor do Senado Federal



Avaliar para não perder

O Prouni é um bom negócio para as universidades privadas e se devem checar os dados oficiais sobre a participação de negros no programa

Wania Sannt'anna*

Entre as organizações negras e seus ativistas existe uma crescente preocupação em monitorar as políticas públicas voltadas à população afro-descendente. A preocupação é válida na medida em que os números de beneficiários passam a ser divulgados sem nenhuma referência maior sobre os sistemas de controle instalados para, por exemplo, prevenir fraudes e desvios. Além disso, a preocupação é válida porque tais políticas (em sua razoável maioria) não estão voltadas apenas para os afro-descendentes. Tendo incluído a população dos estratos de renda mais baixos, essas políticas também têm beneficiado a população branca de baixa renda o que nos leva a indagar em que medida essas políticas reduzem ou não as distâncias sociais e econômicas entre afro-descendentes e brancos, e se elas, no fundo, não têm permitido à população branca empobrecida aquirir uma fatia maior dos benefícios disponíveis.

O Programa Universidade para Todos (Prouni), lançado em 2005, é um desses exemplos a merecer a atenção de todos nós. Os dados oficiais sobre a participação de afro-descendentes no Prouni são surpreendentes – são tão surpreendentes que nos obriga a uma reflexão e vigilância coletiva. Segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – órgão de pesquisa ligado ao Ministério da Edu-

cação – 38 mil afro-descendentes teriam sido beneficiados na primeira edição do Prouni, em 2005. Esse número representaria 35,3% do total de bolsas oferecidas – 107.477, segundo o ministro da Educação, Fernando Haddad.

As regras para todos

O Prouni é um programa de concessão de bolsas de estudos (integrais ou parciais) em instituições privadas de ensino superior a estudantes brasileiros de baixa renda, sem diploma de nível superior, oferecendo como contrapartida a essas instituições a isenção de alguns tributos. Em 2005, 1142 instituições privadas e filantrópicas de ensino aderiram ao Prouni – algo como 69% das instituições privadas de ensino superior do país.

Para participar do Prouni os interessados devem preencher um conjunto de exigências e a primeira delas é a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Do ponto de vista da avaliação acadêmica, o ENEM é o ponto de partida para a participação no Prouni. Sem esta avaliação e sem a obtenção da pontuação mínima, definida pelo Ministério da Educação, não há como participar do Programa.

Esta íntima relação entre o Programa e o exame de avaliação do ensino médio levou, em 2005, a uma significativa ampliação do número de inscritos no ENEM

e, também, a uma clara opção dos inscritos em utilizar o ENEM como um meio de acesso à universidade. Em 2005, os dados coletados por meio dos questionários sócio-econômicos, preenchidos pelos participantes demonstraram que a razão mais freqüente para a participação no exame foi entrar na faculdade ou conseguir pontos para o vestibular. Motivações como essas foram mencionadas por 67% dos participantes. Em 2004, essas motivações foram assinaladas por apenas 42,7% dos participantes.

Um outro dado a confirmar a íntima relação entre ENEM e o Prouni é a mudança de percepção do ENEM apenas como um exame de aferição de conhecimento. Em 2004, 44,6% dos participantes declararam o interesse em testar seus conhecimentos e a sua capacidade de raciocínio, enquanto em 2005 essas a motivações foram assinaladas por apenas 21,4% dos participantes.

Além da participação no ENEM e a obtenção de nota mínima, os interessados no Prouni devem ter renda familiar por pessoa de até 3 salários mínimos (R\$ 450,00) e satisfazer pelo menos uma das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola pública, ou ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral; ser portador de deficiência, ou ser professor da rede pública de ensino básico, em efetivo exer-

cício, integrando o quadro permanente da instituição e concorrendo a vagas em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Neste caso último caso, a renda familiar por pessoa não é considerada.

Onde os afro-descendentes entram?

Segundo as regras, participantes que se autodeclararem pretos e pardos têm direito a bolsas desde que cumpram todas as demais exigências. O percentual reservado a esse grupo é igual àquele de cidadãos pretos e pardos, por Unidade da Federação, segundo o último censo do IBGE. A esse grupo o MEC chama de cotista e, seguindo o percentual de “pretos e pardos” verificado no Censo de 2000, deveriam ter retido 44,6% das bolsas disponíveis e não 35,3% como foi o caso verificado em 2005.

O que aconteceu? Por qual motivo os afro-descendentes não alcançaram o topo possível do benefício? Esse motivos estariam ligados aos demais critérios exigidos pelo Prouni. A renda familiar seria um desses fatores? A baixa participação de afro-descendentes no ensino médio teria contribuído para isso? O número ainda reduzido de escolas do ensino médio – especialmente em bairros e municípios com grande incidência de população afro-descendente – seria fator a contribuir negativamente para que os afro-descendentes

não acessem o ensino médio? Essas e outras perguntas precisam ser elaboradas e respondidas. No entanto, uma coisa é certa, nesta primeira versão do Prouni, a população branca destaca-se em posição de ganho e a essa preocupação devemos somar a apreensão sobre se, realmente, os 38 mil pretos e pardos autodeclarados são, de fato, afro-descendentes.

A experiência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e outras que já implantaram sistemas especiais de acesso de afro-descendentes em seu corpo docente são unânimes em recomendar comitês e grupos de acompanhamento dos programas implantados. Assim fica a pergunta, qual o sistema de controle implantado pelo Prouni nesse específico item: auto-declaração de pertencimento étnico/racial? Será mesmo verdade que as universidades privadas não tiveram nenhum problema em relação a isso e que este tenha sido um problema apenas das universidades públicas? Interessante notar que este não seja um problema para o ingresso de mais de 100 mil alunos em universidades, mas uma deslumbrante celeuma para as universidades públicas. Um desempenho tão distinto entre os dois grupos – universidade pública e instituições privadas – merece no mínimo indagações como essas.

O ganho das universidades privadas

Para finalizar, devemos registrar que o Prouni é, sem sombra de dúvida, um bom negócio para as universidades privadas. Essas instituições que não param de crescer por todo o país, e, em especial, nos grandes centros urbanos, não têm o que reclamar da iniciativa. Em 1997, o Brasil contava com

apenas 689 instituições privadas de ensino superior e, em 2003, elas já eram 1653. Em apenas um ano, de 2002 para 2003, foram criadas 210 novas instituições privadas de ensino superior – número superior aos de universidades públicas no país que, em 2003, era de apenas 207, incluindo-se aí as federais, es-

taduais e municipais.

A Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro é, segundo dados oficiais do Ministério da Educação, a maior instituição de nível universitário do país em número de matrículas. Atualmente, a instituição tem 120 mil alunos e, em 2005, foram oferecidas 1417 bolsas do Prouni para

graduação e 141 para os cursos tecnológicos (1310 bolsas integrais e 248 bolsas parciais). Pode parecer pouco em um universo de 120 mil alunos, mas o fato é que esses alunos são para universidade fonte de ingresso segura, circunstancialmente livres da possibilidade de não poder arcar com os cus-

tos de mensalidade e talvez por nenhum outro motivo a universidade Estácio de Sá já projete incluir 9 mil bolsistas do Prouni nos próximos cinco anos. Então, se as universidades dedicam-se a fazer projeções como essa, cabe a nós, os ativistas, fazermos as nossas também.

* Historiadora (RJ)

Deputados vão mesmo decidir?

Projeto que cria cotas nas universidades federais vai ao Plenário da Câmara. A sociedade se antecipou e há cotas em mais de duas dezenas de instituições de ensino superior, muitas delas federais. A pilha de projetos congelados na Câmara, entre outros, inclui a segunda anistia a João Cândido e duas versões do Estatuto da Igualdade Racial.

No dia 8 de fevereiro, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga as universidades federais a reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

O projeto inclui ainda as instituições federais de ensino técnico de nível médio, que terão também que reservar em cada concurso seletivo, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parte das vagas destinadas ao sistema de cotas será preenchida por negros e índios, respeitando a proporção dessas populações em cada estado segundo os cálculos do IBGE.

A emenda que buscava incluir a pós-graduação e similares, do deputado Luiz Alberto (PT-BA), foi rejeitada na Comissão de Direitos Humanos, etapa anterior à CCJ.

O projeto, que tramitava sujeito à apreciação conclusiva das Comissões, vai ser muito provavelmente obrigado a passar pelo Ple-

nário da Câmara dos Deputados antes de seguir para o Senado. O deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) apresentou, no dia 14 de fevereiro, com mais assinaturas do que as 51 exigidas pelo Regimento, recurso à mesa da Câmara (REC 265/2006) contra a apreciação conclusiva do PL 73/99.

No momento de fechamento desta edição, o recurso de Goldman só não foi apreciado no Plenário por causa das medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações. Deve ser aprovado. A medida protelatória tem o apoio do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que no dia 11 de fevereiro, antecipando-se mesmo à apresentação do recurso, já externava uma de suas raríssimas opiniões ao jornal "O Globo": "Aldo defendeu ontem que o projeto seja levado à votação no Plenário da Casa, em vez de seguir direto para o Senado" (edição de 11 de fevereiro de 2006, p.3).

Enquanto Goldman, recorre à mesa da Câmara e à demagogia, afirmando que "o projeto privilegia ricos", A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Cofenen) anuncia que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade do sis-

tema de cotas. O jornal "O Globo", linha de frente da resistência às cotas, também defende a apreciação pelo plenário: "merece a ampla discussão. Que se bem conduzida pode até ter o melhor dos desfechos: a derrota do projeto".

No sentido inverso a esses reacionários, a existência cristalina de diferentes modelos de ação afirmativa sendo implementados em mais de duas dezenas de instituições de ensino superior revela o avanço da consciência social, favorável a políticas que estimulam a inclusão e a participação de todos.

É relevante considerar também a aprovação pelo Senado do projeto do senador José Sarney, introduzindo a reserva de vagas para negros nas universidades públicas. O projeto foi apensado ao Estatuto da Igualdade Racial, que está congelado na mesa da Câmara desde dezembro de 2002 (se não houver pressão suficiente, será este o destino do substitutivo aprovado agora na CCJ da Câmara).

De aplicação imediata, o projeto de cotas passou para dez anos, depois quatro anos, e negociação algo espúria no MEC com entidades pró-governo anuncia acordo, com a participação da anódina Andifes, a associação dos

dirigentes das 52 instituições federais de ensino superior, para seis anos. Um simulacro de participação: estão cozinhando o galo, como se diz. Diante da realidade das cotas em diversas instituições federais, o prazo de seis anos é puro deboche.

A presença dos negros na universidade brasileira, é bom que se diga, só poderá, ao contrário do que pensam esses aristocráticos reitores da Andifes, estimular o florescimento de capacidades criativas. Não há mais nível nenhum, para baixo, a ser alcançado pela universidade brasileira. Fiquem tranquilos, já se desceu tudo o que se podia. A participação de nossa diversidade cultural é que pode insuflar naquele marasmo alguma vitalidade.

PRONEGRO X PROUNI

O governo Lula até que não começou mal nesse tema, acreditem. No final do primeiro ano de governo, por volta de setembro de 2003, um grupo de trabalho interministerial, com participação de gatos pingados da sociedade civil, apresentou um conjunto de propostas para o estabelecimento de políticas de ação afirmativa que as-

O GLOBO

NEU MARINHO (1994-1995)

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2006 • ANO LXXXI • Nº 26 484 • www.oglobo.com.br

ROBERTO MARINHO (1994-2003)

habitação:
projetos só
o papel
há 10 anos

Legislação rígida, insuficiência de renda e desarticulação entre poderes fizeram com que os programas federais de habitação dos últimos dez anos não atendessem a famílias com renda de três salários-mínimos. Os dois programas da década, incluindo o anunciado ontem por Lula, esta última população responde 84% do déficit habitacional no Brasil. **Página 21**

EDITORIAL

Câmara apressa cotas raciais para universidades federais

Professores de direito alertam que mudança pode ferir a Constituição

• A Câmara aprovou ontem o projeto que cria o sistema de cotas nas universidades federais. Pela decisão, que ainda vai ao Senado mas não deve ser alterada, 50% das vagas das federais serão reservadas a alunos da escola pública. Parte delas irá para negros e índios, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado. A mudança pode valer para o vestibular deste ano mas a adoção do programa será

gradativa: em quatro anos, até 2010, e não mais em dez anos, como previa a proposta original do governo. As vagas deverão ser reservadas em todos os cursos, de todos os turnos. O projeto é alvo de críticas dos reitores das universidades federais. Professores de direito constitucional afirmam que cotas de 50% são excessivas e ferem o princípio da igualdade estabelecido na Constituição. **Página 3**

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

COTAS
Todas as universidades federais terão que reservar, em cada vestibular, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública.

QUICOTAS
Para negros e índios, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado.

PRAZO
Até quatro anos, desde que ganho o preenchimento de pelo menos 25% a cada ano.



As cotas não foram aprovadas, foram "apressadas". E "professores" explicam que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou matéria "inconstitucional". Antes mesmo de ler o texto da chamada de 1ª página, o leitor de "O Globo" já sabe que a decisão foi apressada e inconstitucional, ponto de vista que o jornal quer impor. "O Globo" e a "Folha de S. Paulo" estão na linha de frente da mídia contra as cotas.

segurassem o acesso e a permanência de negros nas instituições de ensino superior.

Entre as sugestões estava o PRONEGRO – Programa de Políticas de Ação Afirmativa para Negros, a ser instituído por medida provisória (são tantas, por que não esta?) e que previa, se bem me lembro, transferência de recursos da União às instituições públicas de ensino superior que adotassem o sistema de reserva especial de vagas.

Cristovam Buarque era o ministro da Educação e levou os resultados do Grupo de Trabalho ao Planalto. Desconfio que, já em rota de colisão com o Planalto, Cristovam assumia provocativamente o resultado do grupo de trabalho, ainda que a contragosto. As crônicas secretas de



Aldo Rebelo (PCdoB-SP), antecipando-se ao recurso, afirmou que levará o projeto ao plenário.

Brasília afirmam que ele ouviu cobras e lagartos. O governo federal, que já tinha o PRONUI na manga, rejeitou, consta que aos berros, a pro-



Segundo Alberto Goldman (PSDB-SP), as cotas só beneficiam os ricos.

posta do PRONEGRO. Cristovam caiu em seguida, Tarso Genro subiu falando mal das cotas (lembrem?) e depois tudo caiu no esquecimento.

Quando o governo encaminhou seu projeto de cotas, era uma manobra para fugir aos desafios colocados pelo Estatuto da Igualdade Racial, que ele, governo, pediu para examinar em março de 2003 e sentou em cima, recorrendo depois à estratégia de "fatiar" a proposta de Estatuto.

Chegamos a isso: o Plenário da Câmara tem, para apreciar, duas propostas de Estatuto, o projeto de cotas nas federais e o projeto que anistia, pela segunda vez, João Cândido, líder da Revolta da Chibata. Uma Câmara desmoralizada, em final de legislatura. Ninguém agüenta mais esse pessoal, não é verdade? Mas temos que pressionar, não há outro caminho.

Edson Lopes Cardoso

COTAS 7

Bancos na defensiva: MPT quer garantir oportunidades iguais no trabalho

Otávio Brito Lopes, Vice-Procurador Geral do Trabalho, fala sobre o programa de promoção de igualdade de oportunidades criado no Ministério Público do Trabalho, a reação dos bancos acionados e a sentença do juiz da 12ª Vara, no caso HSBC.

Ìrohìn- Dr. Otávio, como andam as ações adotadas pelo Ministério Público do Trabalho para enfrentar a discriminação racial no setor bancário?

Otávio Brito Lopes - Nós realmente sempre preferimos uma solução negociada com os bancos. E essa negociação se daria através de um TAC, um Termo de Ajustamento de Conduta, onde o banco adotaria ações, basicamente ações afirmativas mesmo, no sentido da inserção.

Ìrohìn- Sim, mas os bancos foram acionados?

Otávio Brito Lopes- Foram acionados.

Ìrohìn- Quais bancos, Dr. Otávio?

Otávio Brito Lopes - Olha, nós acionamos o Bradesco, o Itaú, o Real, o HSBC, e o Unibanco aqui em Brasília. Esses bancos serão acionados também nos outros estados da Federação. Nós estamos, na realidade, levando, comparando o quadro de pessoal de cada banco com a População Economicamente Ativa - PEA, maior de 16 anos, da unidade da Federação. Até o momento (07 de dezembro de 2005), nós ajuizamos cinco ações em Brasília e já estamos em processo bem adiantado no Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo. Mas estamos também em andamento no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais.

Ìrohìn- Qual tem sido a reação dos bancos?



Otávio Brito Lopes - Olha, é uma reação que já era mais ou menos esperada. Eles se mantêm numa posição assim de muito vigor, de muita força, de realmente jogar o poderio econômico contra essas ações. No sentido de contratar realmente os melhores escritórios de advocacia, estão gastando muito com a defesa e não admitem negociação de espécie alguma. Então, a única coisa que eles admitem é manter o que já fazem, que é basicamente, digamos assim, ações muito mais de *marketing* do próprio banco do que algo que produza um resultado efetivo.

Ìrohìn - Por exemplo: é crescente o número de negros em propagandas de banco...

Otávio Brito Lopes- Não tenha dúvida.

Ìrohìn- E, curiosamente, não há negros nos bancos.

Otávio Brito Lopes- Dentro dos bancos o percentual é muito reduzido, a disparidade estatística é muito grande. E eles, além dessa postura defensiva, muito forte, querem realmente marcar uma posição contra essas ações. Naquele sentido de defender - inclusive em vários momentos eles defendem - aquela idéia já ultrapassada da democracia racial. Eles defendem que não existe a discriminação, que o problema é social, apenas, e que dentro do banco, especificamente, não há qualquer discriminação. Eles dizem que as pessoas são selecionadas levando-se em consideração apenas a capacidade de cada um, os méritos pessoais. E defendem, inclusive, uma tese - que a nosso ver é a confissão de um preconceito - de que se admitirem mais negros, quer dizer, se aceitarem a ar-

gumentação do Ministério Público, o nível do quadro de pessoal vai cair. Eles dizem isso com todas as letras: "Haverá uma queda". Sem ao menos indagar a respeito da escolaridade da população negra naquela localidade onde eles recrutam o pessoal. Então, já há realmente um preconceito no tocante à capacidade, à condição de trabalho da população negra.

Ìrohìn- Agora, Dr. Otávio, quem decide? Já há alguma decisão?

Otávio Brito Lopes- Nós temos uma sentença já proferida, julgando improcedente a nossa ação. E a sentença foi bem dentro daquela argumentação do banco. Um trecho da sentença me chamou muito a atenção porque defende a tese da democracia racial. É um trecho que deixa bem clara essa postura do juiz em relação à discriminação racial. O juiz Alexandre Nery de Oliveira diz aqui o seguinte: *'A discriminação reinante deriva, sobretudo, da qualidade social. A cor não é o tom da discriminação se o sujeito for financeiramente bem sucedido. Mas a condição de ser rico ou pobre, de ser formado ou analfabeto é que conduz a existência de pessoas que conseguirão ou não chegar a lugar de relevo social com salários e funções maiores.'* Não houve uma preocupação do juiz, nessa sentença, em pesquisar melhor essa questão da democracia racial, se há realmente essa democracia racial ou não; ele simplesmente partiu de um senso comum, de um pré-conceito que ele próprio já tinha, como boa parte da população tem, de que não existe discriminação, e isso acho que influenciou, de modo determinante, a decisão que ele tomou.

Ìrohìn- Se nós vivemos em uma democracia racial, significa que há igualdade de oportunidades para todos. E se os negros permanecem excluídos, deve ser pela inferioridade congênita dos negros, esse é que é o raciocínio. Se a sociedade assegura igualdade pra todo mundo, e os negros estão num patamar inferior, logo os negros são inferiores.

Otávio Brito Lopes- Esse é o argumento que eu utilizo com os bancos e eles sempre reagem na defensiva: "não, eu não estou dizendo isso, o que eu estou dizendo é que não discrimino..." Mas não respondem a essa colocação que, a meu ver é perfeita, quer dizer, na realidade comparamos a população negra com a escolaridade que eles exigem. Então eu digo: "Olha, se aqui no DF 44% da PEA é composta por trabalhadores negros (as), que têm segundo grau completo, e vocês só conseguem colocar no banco um percentual tão pequeno, significa o quê? Que os negros têm uma condição pior, os negros não têm a mesma capacidade de comunicação (são os requisitos que os bancos exigem, totalmente subjetivos), a vontade de crescer dentro da instituição, desenvoltura para o trabalho bancário, quer dizer, eu tenho que chegar à conclusão de que esses atributos são atributos inerente à raça branca..."

Aí, eles: "Não, não estamos dizendo isso..." Não conseguem explicar, estão sempre se negando.

Ìrohìn- E as estatísticas, qual a reação à utilização da estatística como prova?

Otávio Brito Lopes- Olha, os bancos tentam desqualificar as estatísticas das mais diversas formas, e as estatísticas são baseadas em dados que os bancos nos fornecem. Em relação ao quadro de pessoal, à raça, gênero, escolaridade, salário, função de cada um dos seus empregados.

Ìrohìn- Eles desqualificam a base de dados produzida pelo próprio banco?

Otávio Brito Lopes- Eles dizem que, na realidade, aquela disparidade verificada no quadro de pessoal não prova nada, não prova discriminação. Eles dizem que a dis-



criminação tem que ser provada através de um fato concreto, ou seja, eles partem do pressuposto de que só há discriminação direta. Não há discriminação indireta. Então, se eu não conseguir provar que algum negro não foi contratado porque era negro...

Ìrohìn- A ausência de negros não provaria a discriminação.

Otávio Brito Lopes- Não, a ausência ou a sub-representação não comprovariam a discriminação.

Ìrohìn- Não tem negro pela incompetência do negro.

Otávio Brito Lopes- É, o argumento central é basicamente esse. Eu até acho que a discussão sobre um dado estatístico é natural, porque qualquer objeto de pesquisa, de análise, é passível de interpretações. Mas nós fizemos a estatística não por amostragem, foi com base no quadro de pessoal do banco por inteiro. Então não dá nem pra dizer que há uma margem de erro pela pesquisa por amostragem, porque é um quadro completo. Mas a sentença da 12ª Vara diz simplesmente que a estatística não é prova de fato.

Ìrohìn- Quais são agora os próximos passos?

Otávio Brito Lopes- Nós agora vamos recorrer. Esses processos devem tramitar por uns dez anos até chegar ao Supremo Tribunal Federal.

Ìrohìn- Há prazo para apresentação do recurso do Ministério Público?

Otávio Brito Lopes- Nós temos dezesseis dias, mas o nosso prazo está suspenso porque nós entramos com os embargos declaratórios. em diversos argumentos...

Ìrohìn- O que é um embargo declaratório?

Otávio Brito Lopes- Porque a sentença foi omissa, não analisou por inteiro a lide, a controvérsia na forma como ela foi posta, vários pontos da nossa tese não foram abordados pela sentença.

Ìrohìn- O senhor quer dizer que ela foi meio apressada, é isso?

Otávio Brito Lopes- Eu diria que ela foi muito apressada. O juiz analisou os autos e sentenciou no período de 10 a 14 de novembro. Quer dizer, uma ação onde a nossa petição inicial tem setenta, mais ou menos setenta laudas; a defesa tem cento e noventa laudas; nossa réplica tem mais umas oitenta e tantas laudas. Quer dizer, onde se discute uma matéria que pela primeira vez está sendo levada à Justiça do Trabalho, matéria de alta indagação jurídica, não é possível, a meu ver, que pudesse ser apreendida em apenas quatro dias.

Ìrohìn - Dr. Otávio, se o Judiciário não reconhece a discriminação racial no mercado de trabalho, como ficamos?

Otávio Brito Lopes- O princípio da não discriminação nas relações de trabalho é um valor que a so-

cidade brasileira erigiu, colocou no status de valor constitucional. E se esse valor não está sendo observado no âmbito da sociedade, é óbvio que só quem pode fazer valer a norma constitucional é o Poder Judiciário. E acho até que é um absurdo o Poder Judiciário tentar empurrar para o Legislativo a tarefa que constitucionalmente lhe serve. Porque o Legislativo já fez o trabalho dele, que foi proibir a discriminação. Já fez o trabalho dele que foi dizer o que é discriminação quando ratificou a Convenção 111. Além de várias leis que nós temos proibindo a discriminação. Então, agora, é um momento de afirmação do Judiciário como Poder do Estado, como Poder capaz de garantir à sociedade os princípios democráticos, o princípio da igualdade, ou seja, garantir que realmente nós tenhamos um Estado Democrático de Direito. De fato.

Ìrohìn- E aí o Judiciário entra em campo literalmente chutando o balde, já afastando a realidade estatística e negando qualquer valor aos fatos, aos resultados...

Otávio Brito Lopes- Como se isso não tivesse qualquer valor, quando na realidade nós sabemos que a discriminação que nós abordamos é a discriminação pela via indireta. Porque a discriminação direta hoje em dia, ainda mais se tratando de grandes organizações empresariais, elas não cometem esse tipo de erro, de discriminar pela via direta. A discriminação indireta só pode ser provada pelo resultado. Porque a ação é escamoteada, é disfarçada, é oculta, produzindo um resultado negativo. Então não tem como se exigir prova de algo que é oculto, que está na consciência de cada pessoa. Agora, pelo resultado, eu avalio se aquela empresa exclui ou não, se ela dá preferência ou não para determinados grupos em detrimento de outros. E hoje nós já temos uma doutrina bem consolidada da OIT em relação a isso. Agora, precisamos - esse é o ponto - de uma mobilização da sociedade. Porque a mobilização é importantíssima. Até pra mostrar para o Estado, inclusive para o Estado-Juiz, que a sociedade brasileira exige o cumprimento da Constituição Federal. Eu acho que é isso.



Foto: Daniel Cardoso

A superação das desigualdades virá pela “evolução da raça”

Sentença do juiz Alexandre Nery de Oliveira recusa todas as evidências de discriminação racial no sistema bancário e recorre ao determinismo biológico do século XIX

Ana Luíza Pinheiro Flauzina*

No dia 11 de abril de 2005, o Ministério Público do Trabalho, atendendo demandas do Movimento Negro, lançou o *Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos*, que visa fundamentalmente combater a desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho em todo o país. Como resultado dessa iniciativa, foi proposta no dia 12 de setembro do mesmo ano uma Ação Civil Pública contra o banco HSBC BANK BRASIL S/A MÚLTIPLO, após longo estudo que confirmou a existência de discriminação racial, de gênero e em relação a idosos nos quadros funcionais da instituição.

As informações utilizadas para se chegar a tais conclusões foram fornecidas pelo próprio Banco e se referem às agências e filiais do Distrito Federal. Assim, munidos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) de 2003, foi possível contrastar a realidade do mercado de trabalho do DF e as características da mão-de-obra disponível com o perfil funcional do HSBC. Duas preocupações fundamentais foram observadas. A primeira, no que concerne à chamada segmentação no mercado de trabalho, ou seja, observar diferenças salariais entre homens e mulheres, negros e brancos, de ocupação principal da mesma natureza, a fim de evitar distorções indevidas. A segunda relacionada ao contro-

le da variável nível de escolaridade, ou seja, a comparação se dá entre indivíduos com a mesma quantidade de anos de estudos, para se perceber a incidência da discriminação como fator determinante na admissão, remuneração e ascensão dos funcionários e funcionárias.

Dentre as conclusões mais alarmantes apontadas na ação podemos destacar que, “ser um homem branco chefe nessa empresa significa receber salários, em média, 45% maiores que aqueles recebidos pelos homens negros chefes e 42% maiores que os das mulheres negras em cargos de chefia”. Além disso, “a despeito de as mulheres negras receberem salários um quarto menores que o dos homens brancos (menos 25,8%), formam o grupo com a maior concentração de pessoas que avançou nos estudos a ponto de ter alcançado algum nível no ensino superior (completo ou incompleto). Com isso, não se pode sustentar que as diferenças salariais são motivadas pelo menor preparo acadêmico para assumir funções de chefia e, portanto, auferir maiores salários”.

Se a atuação do Ministério Público oferece um diagnóstico irrefutável da existência de discriminação nos quadros do HSBC, a sentença proferida, apenas quatro dias após a propositura da ação, pelo juiz titular da 12ª Vara do Trabalho de

Brasília, Alexandre Nery de Oliveira, nos coloca novamente com os pés no chão. Desconsiderando completamente os dados oferecidos como meio probatório na inicial, vez que em nenhum momento se reporta especificamente a qualquer deles, o magistrado nos oferece 16 laudas de quase nada ou coisa de mais, dependendo dos interesses com que se pode afinar.

Quase nada para os que esperam por uma prestação jurisdicional que se aprofunde minimamente nos temas frente aos quais deve se posicionar, abrindo mão de interpretações apressadas que não dão conta de um debate já suficientemente denso. Coisa de mais para os que apostam nas permanências e insistem em fazer a assepsia das desigualdades na meritocracia como forma de manter as barreiras de pé. Para isso, é claro, são capazes de qualquer malabarismo intelectual.

Dessa vez, a forma de descredenciar nossas demandas se voltou para a própria evidência. Para o magistrado as estatísticas simplesmente são meio insuficiente de prova de discriminação, se constituindo em números frios que não dão conta de uma realidade complexa. Vejamos alguns trechos de sua argumentação: “A investigação judicial não se pode basear apenas em números frios que retratam uma realidade cruel da

sociedade brasileira, mas necessariamente numa conduta patronal discriminatória e em desacordo com os preceitos fundamentais contidos na Constituição de 1988”; ainda em outro trecho, “Num exemplo absurdo que o apego exagerado às hipóteses estatísticas pode gerar, a análise de que praticamente a metade da população é de homens e a outra é de mulheres não pode conduzir que, num grupo de duas pessoas, sempre haja um homem e uma mulher.” Haja paciência !!!

Para que a prática discriminatória fique comprovada é necessário, portanto, de acordo com o entendimento do juiz, que se busquem elementos em fatos específicos. Ótimo. Numa terra em que o racismo dessas empresas se evidencia justamente pela adesão a um modelo de preferências não explicitado e de maneira difusa, se requer que a discriminação seja comprovada de maneira individual. Tudo é confortavelmente lançado para as desigualdades (claro, de classe) que vitimizam a todos nesse país, de que as empresas não tomam parte. Há uma recusa em se responsabilizar as organizações pelas assimetrias de que se alimentam e através das quais se perpetuam. Em suma, o que está em jogo é justamente a possibilidade de se impedir que os filtros que fomentam a desigualdades

entre homens e mulheres, negros e brancos, possam ser utilizados sem quaisquer consequências. E é justamente a validade desse tipo de mecanismo que a sentença visa resguardar.

É importante frisar que, de acordo com a legislação vigente, para se caracterizar a discriminação o que interessa é o resultado, pouco importante o motivo pelo qual se discriminou e mesmo se o ato se deu de forma intencional ou não. O que cabe examinar, portanto, é se há tratamento diferenciado entre os grupos em questão e isso restou provado com fartura na ação proposta. Não para o ilustre magistrado, obviamente.

Mas o melhor ainda está por vir. Além de negar a validade das estatísticas, o outro dispositivo fundamental na elaboração dessa sentença está no mérito. Afinal, o merecimento é instituto abarcado por nossa legislação e não há qualquer ilegalidade em se escolher os trabalhadores em função de sua maior capacitação. Na peça inicial, essa questão ficou totalmente esclarecida. De acordo com o banco, para o ingresso em seus quadros a exigência é o ensino médio completo e não se faz diferença entre esse candidato e o que possui nível superior. Após a análise dos dados duas conclusões são relevantes. A primeira é a existência massiva de desempregados negros e negras com a for-

mação requisitada, o que refuta a idéia de que não haveria pessoas qualificadas para a ocupação das vagas. A segunda é a de que há uma exigência maior de qualificação incidindo sobre as pessoas negras contratadas pelo banco. Ou seja, mais uma vez é o peso da discriminação que impede o acesso de funcionários negros e negras no HSBC.

O magistrado não interpreta os dados apresentados da mesma forma. Desconsiderando tudo o que fora constatado, aposta na qualificação que se dará ao longo do processo histórico, com a "evolução da raça" para a correção de nossas assimetrias. Em suas palavras: "A recuperação histórica de toda uma raça, com se tem percebido, decorre mais da percepção em evoluir culturalmente, sem renegar raízes, num cons-

tante crescer dos valores educacionais que permitem construir indivíduos capazes de disputarem vagas no mercado de trabalho, a partir de seus conhecimentos e não mais de políticas governamentais capengas de suposta equiparação de direitos, indiretamente submetendo certos grupos e sujeitos a uma cotidiana e longa busca de benefícios sociais que não contribuem para a efetiva melhoria das condições de evolução futura da raça". É, eu sei, mas não fui eu que copieie o trecho errado é o vocabulário e a percepção evolucionista da história e das raças, que parecem com autores de teorias racialistas do século XIX.

E é claro, como não poderia deixar de ser, há o grande momento de se fazer a crítica à política de cotas. Primeiro, faz questão de desconsiderar o alerta forte-

mente reforçado pelo Ministério Público do Trabalho na inicial de que o pedido não se confunde com cotas, estando vinculado a metas, que são "um padrão desejado, dentro de um cronograma pré-estabelecido, pelo qual se mede o progresso da desconstrução do quadro de discriminação construído pela própria empresa..." E, finalmente, se afastando completamente do mérito que deveria apreciar, faz críticas abertas às políticas de ação afirmativa. De acordo com o magistrado: "A História, como tenho dito, indica que a discriminação existe na conduta governamental de não incentivar os que revelem maiores capacidades intelectuais, independentemente do sexo, da raça ou da cor, e que a recente política de cotas, com a devida vênia, não resolve, porque por vezes pre-

mia aquele que não precisaria do incentivo do Estado, enquanto outros são mantidos à margem porque não alcançados pelo sexo, pela raça ou pela cor dada como discriminada segundo as estatísticas também distorcidas do governo".

Para finalizar, há ainda uma advertência para a qual devemos atentar. Como sugestão, o juiz aconselha que o pedido ministerial deveria se dirigir ao governo, a fim de que este tome uma atitude frente às iniquidades de classe que vitimizam grande parte da população brasileira. É curioso como a Justiça por vezes já nos alertou de que não é a ela que devemos recorrer para resolvermos nossos problemas. No máximo ela se presta como instrumento para acertarmos nossas pendengas com a História, o Governo, ou com

quem quer que seja, nunca como fim em si mesma. Será que o Judiciário não percebe os riscos de nos dar com a porta na cara? Como devemos receber essa tipo de mensagem? Afinal, se os meios formais não são a arena para resolvermos nossas questões, o que nos restará, além de uma intervenção direta? É com esse tipo de posicionamento de um Judiciário que, em última instância, se nega a fazer justiça, que as situações-limite vão sendo construídas. Sintonizado com esse tipo de perspectiva, o juiz Alexandre Nery de Oliveira, anuncia o veredicto: "A História não se altera em um segundo", com uma canetada de juiz, quer nos dizer. Resta-nos, portanto, buscar outra forma de alterá-la.

**Advogada, mestrandista em Direito e ativista do EnegreSer/UnB*



Estatuto: projeto do senado tem prioridade

Felisberto A. Damasceno*

Começa a tramitar na Câmara projeto de lei do Senado (PLS n. 213/03), de autoria do senador Paulo Paim, dispondo sobre a criação do Estatuto da Igualdade Racial. A proposição agora está identificada como PL-6264/05. O senador quando foi deputado federal apresentou projeto no mesmo sentido (PL n.º 3.198 de 2000), que, submetido à apreciação de Comissão Especial, resultou em substitutivo relatado pelo deputado Reginaldo Germano e encaminhado à Mesa da Câmara em dezembro de 2002. Pronto para a ordem-do-dia desde então, o substitutivo está apensado a outras iniciativas e não foi debatido nem votado no Plenário da Câmara.

No Senado, sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, o projeto ganhou agilidade. Distribuído às Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, o projeto finalizou sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que, ao se manifestar em novembro de 2005, concluiu a apreciação do Senado, sem precisar passar pelo Plenário.

A elaboração das leis segue regras e procedimentos previstos em normas internas da Câmara e do Senado: os chamados Regimentos Internos. O que aconteceu no Senado pode agilizar a tramitação do Estatuto na Câmara. O Regimento da Câmara prevê a dispensa da manifestação do Plenário para projetos oriundos do Senado, ou por ele emendados, que não tenham passado pelo Plenário das duas casas. O PLS n.º 213/03 não passou pelo Plenário do Senado, assim, em princípio, não passará pelo Plenário da Câmara dos Deputados (agora PL-6264/05).

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, determinou a constituição de Comissão Especial para examinar a matéria (em 01/12/2005); uma vez que o projeto exigiria o exame de mais de três comissões de mérito. A Mesa diretora da Câmara decidiu que o projeto tramita com prioridade.

O Regimento da Câmara estabelece, também, que o texto do Senado tem preferência; assim, se aprovado, fica prejudicado o PL 3.198/00. E após a manifestação da Comissão Especial o projeto pode ir direto para a sanção do presidente da República. A essa altura, o texto do Senado, por prescindir do Plenário, é mais favorável. O da Câmara leva desvantagem, sequer foi aprovado pelo Plenário da Casa, e terá que ser ainda apreciado no Senado.

Contudo, o Regimento prevê a possibilidade de recurso suscitado por, no mínimo, 51 deputados, que leve à manifestação do Plenário. De outro lado, se a Comissão fizer qualquer modificação ao texto do Senado, a matéria volta àquela Casa. Assim, se não houver recurso ao Plenário e não houver modificação, em pouco tempo teremos a Lei do Estatuto da Igualdade Racial. Resta avaliar se o projeto, que tramitou pelo Senado praticamente sem debate e perdeu o Fundo da Igualdade Racial, preenche as expectativas e atende plenamente às necessidades dos negros brasileiros.

**Advogado e ativista do MN (DF).*



Na contramão da história, tribunal ataca ação afirmativa de prefeitura gaúcha

Diony Maria*

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul decidiu, no último dia 10 de janeiro, negar por unanimidade a exequibilidade da Lei Municipal 4.989/03, que institui a reserva de 20% de vagas para afro-descendentes nos concursos públicos realizados pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Na contramão da história, o conselheiro substituído César Santolim, relator do processo, optou pela negativa do registro da lei, alegando inconstitucionalidade.

Conforme a ata da sessão que tratou do processo, a conselheira substituída Rosane Heineck Schmitt cogitou que esta seria a primeira vez que o TCE trataria sobre Ações Afirmativas, reconheceu que "a matéria não é pacífica" e lembrou que um ministro do Supremo Tribunal Federal é autor de uma obra sobre Ações Afirmativas (referindo-se ao ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes). "Se alguém se incomodar com a decisão, que leve a questão ao STF, para ver o que acontece", desafiou a conselheira ao acompanhar o voto do relator.

"No meu entendimento, o TCE não é competente para discutir este tipo de matéria. O Brasil subscreve vários tratados internacionais que

se incorporam ao ordenamento jurídico do país e que apontam no sentido de implementação de políticas de Ação Afirmativa. Além disso, a Constituição garante em vários artigos políticas de discriminação positiva, como é o caso dos portadores de necessidades especiais e das mulheres. A Constituição também protege o trabalhador. A interpretação do relator está na contramão da busca de uma sociedade mais justa e igualitária." Esta foi a reação do advogado e militante da Coordenação Estadual do Movimento Negro Unificado (MNU), Onir Araújo.

Criada em 2003, a Lei Municipal já permitiu que cinco afro-descendentes, que prestaram concurso em 2004, ingressassem no quadro da administração pública pelotense. Esta decisão do TCE nega registro aos cinco atos de admissão, o que significa dizer que o tribunal quer que estes servidores sejam exonerados.

Até o último dia 3 de fevereiro, nem a Procuradoria Geral do Município nem a Secretaria de Gestão e Controle, ambas aptas a encaminhar as demandas do TCE, haviam sido notificadas oficialmente sobre a decisão que, por ser prove-

niente da Primeira Câmara, está sujeita a recurso no Tribunal Pleno da instituição e nas instâncias superiores. O prazo para o recurso está fixado em 30 dias. Mesmo sem a notificação, o prefeito em exercício de Pelotas, Fetter Jr. (PP), já garantiu à imprensa que os cotistas e as cotas serão mantidos.

Em 2002, quando apresentou o projeto, o então vereador Luís Carlos Mattozo (PSB), defendeu a matéria utilizando censo realizado na época. Conforme o censo, dos 6.602 funcionários da administração direta, apenas 7,56% eram negros e 0,24% eram pardos, contra 58,38% de brancos (34,79% não responderam a pergunta). Já na administração indireta, dos 855 funcionários, 8,57% eram negros e 91,34% eram brancos.

O autor do projeto entendeu que as cotas eram um forma de Pelotas começar a reparar perdas históricas da comunidade negra, que ao longo dos séculos XVIII e XIX foi a grande força de trabalho das charqueadas, o alicerce da economia da cidade.

JURISPRUDÊNCIA

Já matéria publicada na página eletrônica do TCE informa que

"a decisão é inédita e vai servir como jurisprudência". Tal interpretação pode ser considerada um alerta para as demais prefeituras gaúchas, os ativistas do Movimento Negro e a comunidade negra em geral.

A primeira prefeitura a instituir as cotas para afro-descendentes nos concursos públicos foi a da capital, Porto Alegre. A prefeitura de Pelotas foi a segunda. A de Viamão, a terceira. Segundo o coordenador do GTA – Grupo de Trabalho Anti-Racismo da Prefeitura Municipal de Viamão, Jader Fontoura, o índice da reserva de vagas em concursos públicos em Viamão** é o mais alto do país: 44%, percentual que é igual aos números oficiais do IBGE para a população negra da cidade (pretos e pardos). Viamão também se destaca por ser o único município que reserva um percentual de vagas para afro-descendentes em cargos de confiança (iguais 44%) e para estagiários (20%). Fontoura estima que atualmente pouco mais de 30 servidores são cotistas em Viamão.

** Confirma matéria no *Ìrohìn*, número 9, fev./mar. de 2005, Pág. 19

* Diony Maria é jornalista e especialista em Antropologia Social (RS).



Foto: Verônica de Carvalho Maia

Receba o Ìrohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou para irohin@terra.com.br



O Brasil no Haiti

Quais são os reais interesses do Brasil no Haiti? A política externa brasileira continua sendo formulada por um pequeno grupo de pessoas, embora seus resultados afetem o conjunto da população

Renata Nóbrega*

Em novembro de 2005, um grupo de organizações estadunidenses ligadas à defesa dos direitos humanos apresentou denúncia contra os governos do Brasil e dos Estados Unidos na Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), alegando sua responsabilidade em massacres que ocorreram no Haiti nos últimos meses. De acordo com essas organizações, os Estados Unidos forneceriam armas e munição para a Polícia Nacional Haitiana (PNH) – um dos principais agentes da violência no país – e o Brasil, como coordenador da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH), não tem evitado o crescimento da violência e ainda participaria de operações militares em conjunto com a polícia haitiana que resultaram na morte de civis.

Um dos episódios que motivaram a denúncia foi uma ação militar em Citè Soleil, um bairro pobre da capital do Haiti, Porto Príncipe. Enquanto a MINUSTAH contabiliza entre nove e dez o número de civis mortos (comumente tratados como “efeitos colaterais”), algumas organizações apresentam o número de sessenta e três mortos. O governo brasileiro refuta as acusações e diz que as outras mortes foram causadas por grupos paramilitares, que voltaram ao bairro após a saída dos soldados da ONU e se vingaram dos que colaboraram com a ação militar. Uma rede de organizações de direitos humanos do Haiti endossa a versão brasileira, mas afirma que a MINUSTAH foi omissa ao não garantir a segurança dos moradores do bairro, permitindo assim as execu-

ções que se seguiram.

Mesmo depois da denúncia, a MINUSTAH continuou se envolvendo em ações que resultaram na morte de civis.

Em janeiro deste ano, dois haitianos foram mortos num confronto com as tropas da ONU durante uma manifestação de camponeses contra a morte de vinte e quatro haitianos, que morreram asfixiados em um caminhão quando tentavam cruzar a fronteira com a República Dominicana. A MINUSTAH é ainda acusada de reprimir o trânsito de migrantes haitianos na fronteira com a República Dominicana.

Um relatório da Rede de Justiça Global, divulgado em março de 2005, já denunciava a participação direta da MINUSTAH em violações de direitos humanos, não apenas como cúmplice da polícia haitiana, mas também como executora de tais violações. Ao invés de combater a impunidade, conforme prevê seu mandato, a MINUSTAH estaria assegurando sua perpetuação. A ação da MI-



NUSTAH é considerada tímida no relatório, apesar do amplo poder de seu mandato, orientado para a manutenção da segurança e da estabilidade

do Haiti, para a promoção da boa governança e do processo político democrático e para o monitoramento, proteção e informação sobre a situação dos direitos humanos no país. Foram poucos os avanços no desarmamento da população e no combate à impunidade. Um informe recente dos Médicos Sem Fronteiras – uma organização que presta ajuda humanitária no Haiti desde 1991 – confirmou o aumento da violência contra civis em número e intensidade nos últimos meses. O processo eleitoral, previsto inicialmente para outubro de 2005, foi adiado quatro vezes, por uma série de problemas, dentre eles a elaboração de um novo cadastro eleitoral e da organização dos locais de votação. Há até acusações de que a protelação das eleições seria proposital, já que as pesquisas indicam a vitória do candidato pró-Aristide,

presidente deposto em fevereiro de 2004 em meio a denúncias de corrupção e graves violações de direitos humanos, num golpe apoiado pelos Estados Unidos e pela França. A última previsão é a de que as eleições ocorram em fevereiro de 2006.

O Brasil tem recebido essas denúncias na defensiva. O relatório da Rede Justiça Global foi considerado “irresponsável”. As críticas são vistas como parte da estratégia de desestabilização do Haiti coordenada pelos partidários de Aristide e assim desacreditadas. A presença de tropas no Haiti é sempre saudada como um dever cívico do Brasil e quem questiona as ações da MINUSTAH é logo tachado de pouco patriótico. Quanto às denúncias, se houve investigações, não conhecemos seus resultados. Falta humildade para reconhecer erros e transparência para investigar denúncias.

A ênfase na intervenção militar minimiza a importância de ações voltadas para a reconstrução efetiva do Haiti. Em 2004, o Brasil anunciou acordos de cooperação técnica nas áreas de cultura, saúde, educação e agricultura. Até agora não houve uma prestação de contas sobre tais acordos e seus resultados. O general Augusto Heleno Ribeiro, que comandava a MINUSTAH até agosto de 2005, alertou para as dificuldades em construir um ambiente seguro e democrático num país imerso na pobreza, sem investimentos de infra-estrutura e em projetos de desenvolvimento. Há dois anos, foram anunciados investimentos e



empréstimos de organismos financeiros internacionais que somam mais de um bilhão de dólares, até hoje não efetivados. Por trás da idéia de que a ajuda financeira seria a solução para os problemas haitianos, há os condicionantes de ajuste estrutural necessário para que o país receba tais recursos, perpetuando o ciclo de dependência internacional ao qual está atado. A intervenção militar no Haiti é também uma tentativa de integrar o país à economia mundial. Há um projeto de criação de dez zonas de livre-comércio no país. Naquelas que já existem, tra-

balhadores haitianos fazem greves e reivindicam melhores condições de trabalho e salários mais justos. A abertura econômica é anunciada como o caminho para o crescimento do país, mesmo quando estudos como o da instituição de pesquisa *New Economics Foundation (NEF)*, sediada na Grã-Bretanha, afirmam que apenas o crescimento econômico não é capaz de assegurar a distribuição de renda. Os projetos de desenvolvimento são definidos sem a participação popular, reforçando a idéia de que a intervenção internacional no Haiti é uma força de

ocupação do país, e não de reconstrução.

A morte do general Urano Bancelar, que até janeiro de 2006 comandava a MINUSTAH, tornou pública a discussão sobre as justificativas para o envio de tropas brasileiras – e mesmo internacionais – ao Haiti e sua viabilidade. O caso do Haiti coloca em questão a atual política externa brasileira, voltada para seus objetivos estratégicos Na busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU e na conquista da liderança regional, o país assumiu o risco de apoiar e executar a ocupação do Haiti,

contrariando o tradicional princípio de auto-determinação dos povos. Os "interesses brasileiros" são definidos em uma instância à parte, ou melhor, numa instância acima da população, como se a política externa fosse um tipo de política reservada a um grupo especial de pessoas, inacessível às pessoas "comuns". Assim como em outras esferas do poder, é necessário democratizar o espaço de formulação da política externa brasileira e criar mecanismos de monitoramento, porque seus resultados também dizem respeito a todos nós.



Racismo na Internet - Agência negra de notícias é atacada por neonazistas

Ana Flávia Magalhães Pinto*

Após audiência no Ministério Público do Distrito Federal (MPDF), o Irohìn conversou com Dorjival Vieira, advogado e jornalista responsável pela Afropress – Agência Afroétnica de Notícias, sobre os ataques à página realizados por *hackers* racistas e neo-nazistas. Essas ações podem ter ligação direta com o caso de Marcelo Valle Silveira Mello, 20 anos, estudante da Universidade de Brasília acusado de práticas racistas na internet, especialmente em sites de relacionamento como o Orkut. O processo judicial tramita na 6ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). O início do julgamento, previsto para o 23 de janeiro, com o interrogatório do acusado, foi adiado em virtude da alegação de insanidade mental de Marcelo, por parte da defesa. Dorjival Vieira aposta na pressão das entidades de Movimento Negro e outras da sociedade civil

para que esse crime tenha uma punição exemplar.

Irohìn - O que motivou a sua vinda ao Ministério Público do Distrito Federal?

DORJIVAL VIEIRA – Primeiramente, fui ao Ministério Público do DF para conhecer o promotor Marcos Antonio Julião, titular da ação contra Marcelo Valle Silveira Mello, acusado por três delitos punidos pela lei nº 7.716/89, com penas que variam de dois a cinco anos de reclusão, por prática de racismo na internet. Na segunda-feira, 23 de janeiro, estava previsto o interrogatório de Marcelo V. S. Mello, o que daria início ao julgamento. Mesmo com a suspensão do interrogatório, em face de um recurso alegando insanidade mental impetrado pela defesa, nós aproveitamos a oportunidade para promover esse encontro com o promotor e saber como ele

tem visto esse processo, de modo a abrir uma interlocução com o Ministério Público. Com esse processo, o MPDF assume uma posição de vanguarda em nível nacional. A alegação de insanidade mental atrasará o início do julgamento em no máximo 90 dias, prazo limite para a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal.

Irohìn - Há algum tempo, atos racistas contra a população negra são disseminados por meio da internet, mas até hoje ninguém foi penalizado. Em termos de enfrentamento, o que esse caso traz de diferente?

DORJIVAL VIEIRA – Esse é o primeiro caso, no Brasil, em que um racista é identificado, investigado, processado criminalmente por racismo na rede mundial de computadores, ao manter sites e mensagens racistas contra a população negra e

a política de ação afirmativa da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um caso emblemático no país, pois criará jurisprudência. Em outras palavras, a partir dele, será sinalizada uma posição do Poder Judiciário em relação a essas práticas criminosas que estão cada vez mais banalizadas na internet. Exemplo disso são os sites intitulados "Eu odeio negros", "Vamos eliminar a raça negra", entre outros.

Irohìn - De que maneira a Afropress foi atingida por hackers racistas?

DORJIVAL VIEIRA – Logo depois que surgiu o nome de Marcelo Valle Silveira Mello nas investigações iniciadas aqui em São Paulo, por parte do Ministério Público local e do Grupo de Repressão aos Delitos de Intolerância (Gradi), da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a Afropress noticiou o nome de Mar-



celo entre os acusados apresentados. Até então, jornais da grande imprensa, como *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, apresentavam apenas as iniciais dos acusados – o que não deixava de ser uma forma de protegê-los. Eu escrevi ao ombudsman da *Folha*, à editoria de Cidades do *Correio*, protestando contra essa postura. Como jornalista, sei que esse procedimento contraria qualquer manual de redação. Em se tratando de menores penalmente responsáveis, não há motivos para manter esses nomes sob a proteção do semi-anonimato das iniciais. A partir daí, o *Correio* passou a publicar os nomes completos dos acusados. Irritado por ter a sua identidade revelada, Marcelo atacou nosso site no dia 30 de julho de 2005 e assumiu a autoria sob o pseudônimo de BroK3d – o justiceiro. Nessa ocasião, o provedor que hospedava a agência era o Hotel da Web, um pequeno provedor de Curitiba, que sofreu enormes prejuízos. Eles nos deram informações a partir das quais a jornalista Dolores Medeiros conseguiu associ-

ar a origem desse pseudônimo à pessoa de Marcelo Valle Silveira Mello, que adquirira um animal no site Mercado Livre. Houve mais dois ataques desde então, um em 22 de dezembro e outro em 5 de janeiro de 2006, quando os agressores deixaram mensagens racistas e uma foto de Hitler. Ainda hoje, continuam sistematicamente causando prejuízo. Nosso novo provedor mantém uma equipe mobilizada para evitar que o site seja invadido. O propósito dos *hackers* racistas é invadir o site, apagar o seu conteúdo – como fizeram conosco, destruindo todo o nosso banco de dados – e deixar mensagens e imagens sinistras.

Irohin - Com o quadro construído a partir desses ataques, é possível apontar a existência de uma rede organizada para o silenciamento de veículos do protesto negro e de outros grupos discriminados na internet?

DORIVAL VIEIRA – O que está em disputa hoje é uma mídia que fechou o ano de 2005 com 12,2 milhões de usuários residenciais,

segundo o Ibope. Os racistas e neonazistas que usam a internet para a pregação do ódio racial pretendem monopolizar esse veículo de comunicação. Até mesmo porque nessa mídia há a facilidade de não ser preciso apresentar as digitais ou forma de identificação parecida. Ocorre que eles não se contentaram apenas com o uso dessa mídia para agredir a população negra e a outras comunidades historicamente discriminadas. Querem agora silenciar essas vozes. A Afropress é uma agência de notícias que tem como foco a temática racial e étnica. Somos uma experiência pioneira no Brasil – não temos conhecimento de outras. Existem excelentes sites de organizações negras e comprometidas com o combate ao racismo, mas não havia uma agência de notícias antes de nós. A proposta da Afropress é ser uma ação afirmativa. Somos uma redação instalada a partir de São Paulo com estudantes negros da área de comunicação-jornalismo, para não apenas postar em tempo real, como também ampliar a nossa cobertura, constituindo um embrião de uma grande rede naci-

onal de comunicação focada na temática racial e étnica. Eles nos atacam porque isso lhes dá visibilidade; em contraponto com o nosso projeto de combater a invisibilidade à qual a população negra é submetida nos meios de comunicação da grande mídia. Temos recebido relatórios periódicos do provedor informando que os ataques ainda são diários, sistemáticos e pesados, a ponto de interferir em linhas de transmissão da Telemar.

Irohin - Tem sido possível identificar a origem desses ataques?

DORIVAL VIEIRA – A investigação feita pelo Gradi procura identificar se as ameaças recebidas por nós, entre o oferecimento da denúncia e a aceitação pelo Ministério Público do Distrito Federal, vindas de pessoas que se colocavam em defesa de Marcelo Valle Silveira Mello, mantêm uma ligação consolidada. O promotor Marco Antonio Julião disse ter cogitado o pedido de prisão preventiva por conta dessas ameaças. Acontece que nós continuamos a recebê-las, vindas de

peças que se colocam em defesa do Marcelo. Está demonstrada em todos os e-mails a ligação dessas pessoas com organizações como White Pride e Pró-Brancos. Há indícios da formação de uma rede para atacar o avanço da população negra por igualdade racial no país. Eu encaminhei tudo isso ao promotor para que analise até que ponto não é indispensável o pedido de prisão preventiva dessas pessoas. Afinal de contas, os motivos que levam o Ministério Público a realizar esse procedimento estão postos. Ou seja, nós ainda recebemos ameaças de pessoas que se dizem ligadas a ele, ou em defesa dele. Por outro lado, a alegação de insanidade mental de alguém que há menos de dois anos foi aprovado no curso de Letras do concorridíssimo vestibular da UnB deixa essa universidade com a responsabilidade de se posicionar a respeito. Se a perícia demonstrar que o sujeito é insano mentalmente, o processo seletivo da UnB ficará abalado: "Com a palavra a reitoria da UnB...".

Irohin - Como os ataques

contra a Afropress aparecem no processo contra Marcelo Valle Silveira Mello? Que resultados podem ser esperados?

DORIVAL VIEIRA - Simultaneamente ao processo do Ministério Público, corre um inquérito em São Paulo pelo Gradi que investiga uma eventual relação entre as ameaças e os ataques à Afropress e a figura de Marcelo V. S. Mello ou o grupo dele, na medida em que essas pessoas nos atacam e nos ameaçam anonimamente em defesa dele. A polícia de São Paulo investigará essa conexão. Embora as pessoas que nos ameaçam assumam a defesa dele, essa relação precisará ser comprovada. As investigações trabalham com a possibilidade de essas novas mensagens partirem de computadores utilizados pelo próprio Marcelo. Tudo isso é objeto de investigação. Exceto a ameaça que ele assume como BroK3d, eu não posso afirmar que as demais mantêm relação com Marcelo.

Irohin - Após esses episódios, como a Afropress, na condição de veículo anti-racista, per-

cebe a sua forma de atuação?

DORIVAL VIEIRA - É uma luta diária. Nós trocamos três vezes de provedor num período de seis meses. Já sofremos pelo menos três ataques que nos tiraram do ar por semanas. Obviamente, um veículo de informação retirado do ar sofre prejuízos enormes. E mais, essa ação representa um golpe contra o princípio da liberdade de expressão e imprensa. A rigor, a democracia está sendo atingida. Nós temos resistido com muita firmeza. Sabemos da importância do nosso trabalho e o porquê de incomodarmos tanto esses grupos. Grupos esses que pregam o ódio racial, a eliminação da raça negra, a supremacia branca. Enfim, grupos que não podem ser tratados com a menor complacência. O Movimento Negro brasileiro tem privilegiado a comunicação por listas, grupos de e-mails, que são importantíssimas. O resultado, porém, é o diálogo conosco mesmos. A inovação da Afropress é falar para a sociedade, dar visibilidade a essas questões num espaço aberto. Enquanto falávamos entre nós, em nossas lis-

tas de discussão, estava tudo tranquilo. Quando nos dirigimos a outros setores da sociedade, ao Brasil, assistimos a uma reação truculenta dos grupos racistas. Por isso, é fundamental que a sociedade brasileira tome pé dessa situação. Fazemos um chamado não apenas à comunidade negra, que está sendo atacada através de nós. Se um dos princípios fundamentais da democracia está sendo atacado, cabe a todos um posicionamento. No dia 15 de fevereiro, ocorrerá na Assembléia Legislativa de São Paulo um grande ato, com a participação de vários setores da sociedade, organismos como o Gradi, entre outros. Faz-se necessária uma ampla união de todos os setores que identificam naqueles grupos uma ameaça. Nós, Movimento Negro, como sociedade civil, estamos fazendo a nossa parte. O Ministério Público está fazendo o que lhe compete. Nós esperamos que o Poder Judiciário faça a dele. E o papel do Judiciário é fazer justiça.

*Jornalista, ativista do EnegreSer e mestrandia em História.



I ENCONTRO NACIONAL DE BOLSISTAS DO AFRO-ATITUDE

Mafoane Odara Poli Santos*

Desde maio de 2005, o Conselho Nacional de Combate a Discriminação – SEDH/PR, o Ministério da Saúde – Programa Nacional DST – Aids, o Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Superior – SESU, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPP/PR, juntamente com as 10 universidades públicas que possuem programas de ações afirmativas para universitários negros, desenvolvem o Programa Afro-Atitude, o qual tem como um de seus objetivos "estimular o protagonismo da população negra, no sentido de pensar e executar ações entre os estudantes cotistas, pertinentes à desconstrução do racismo e do preconceito tanto quanto aos negros de modo geral, quanto às pessoas vivendo com Aids."¹

A Articulação Política das Juventudes Negras, a partir da representação da juventude na equipe de monitoramento e avaliação e no Comitê Nacional do programa (Priscilla Ferreira, de SP), propôs o *I Encontro de bolsistas do AFRO-ATTITUDE*, que possibilitará aos bolsistas e aos grupos juvenis negros de universidades públicas e particulares: trocar experiências vivenciadas no primeiro ano do programa; avaliar as atividades desenvolvidas nesse período; levantar os pontos positivos e negativos até o momento; fortalecer os grupos estudantis negros em sua luta contra o racismo dentro das universidades; desenvolver estratégias de sensibilização de grupos juvenis para o debate sobre racismo, preconceito e discriminação e vulnerabilidades da população negra à DST/Aids; e traçar estratégias para a construção de uma rede que fortaleça e viabilize a troca de experiências, de conhecimento e informações entre os bolsistas e entre estes e parceiros locais.

Este encontro deverá acontecer entre abril e maio de 2006 e precisamos muito da mobilização local, em especial, dos estados que possuem universidades com ações afirmativas São eles São Paulo, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Distrito Federal, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná.

Para maiores informações e para se integrar à rede de articulação nacional do AfroAtitude: prillapf@yahoo.com.br, bergmanp@yahoo.com.br, elisangelax@ig.com.br e mafoane_odara@yahoo.com.br

¹Ministério da Saúde, 2005. Brasil AfroAtitude-Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros

*Psicóloga e consultora do Ceert/SP



Controle oficial e controle social – parceria indispensável

Seminário no auditório do TCU, em Brasília, discute a participação da sociedade na hora de se decidir como vai ser gasto o dinheiro público

*Elisabete Lopes Cardoso**

No dia 28 de novembro de 2005, realizou-se em Brasília, no auditório do TCU, o *workshop* "O CONTROLE OFICIAL E O CONTROLE SOCIAL NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO", promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC e o Tribunal de Contas da União – TCU, com o objetivo de debater as oportunidades de cooperação entre o controle oficial e o controle social na avaliação de programas de governo, tomando como referência a experiência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados da Bahia e de Pernambuco na execução do Projeto de Aperfeiçoamento do Controle Externo com foco na Redução da Desigualdade Social – CERDS.

Esse encontro, além de promover a aproximação entre organizações da sociedade civil e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e Municípios, buscou disseminar e dar publicidade a diferentes métodos de avaliação e instrumentos de investigação para aprofundar a capacidade de análise e intervenção social sobre políticas públicas.

Integraram a mesa de debates representantes dos tribunais de contas, do governo federal, através do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representados pelo colegiado de gestão e assessor de política de segurança alimentar e representantes do segmento social, Inesc, Rede de Intervenção e Políticas Públicas – RIPP do estado do Maranhão, Departamento de Mulheres da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, do Programa Cidadania Ativa do Centro de Assessoria do Assurua Bahia e da cam-



Foto: Sérgio Seiffert

Ao centro o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar

panha "Quem não deve não teme" e representante da Universidade de Brasília.

Registrou-se, no auditório, a presença de cerca de 150 participantes, ultrapassando em mais de 100% a expectativa inicial de público estimada pelos organizadores do evento, numa demonstração de interesse pelo tema proposto para discussão.

Merece registro o relato do Conselheiro Salomão Ribas, Presidente do Instituto Ruy Barbosa – Associação Civil de Estudos e Pesquisas dos Tribunais de Contas do Brasil, ao destacar a pesquisa realizada pela USP e pela Fundação Getúlio Vargas, com a opinião pública e com os próprios Tribunais, nos anos de 2003 e 2004, no momento em que se discutia no Congresso Nacional a extinção desses órgãos ou a modificação de sua estrutura organizacional, diante da inoperância de suas ações, a ressonância dos resultados de suas ações, sempre a "reboque" dos fatos já consumados, não correspondendo ao volume de recursos utilizados na manutenção desses órgãos pelo erário público.

Os diagnósticos realizados pela USP e Fundação Getúlio Vargas, entidades de reconhecido prestígio, mobilizaram os tribunais, que iniciaram uma série de medidas visando

a melhoria da atuação. Procederam a uma reavaliação da metodologia de trabalho, do foco de atuação, mais voltada para as auditorias de resultados, para avaliação dos programas de governo e para as áreas de risco e relevância nos gastos governamentais. E o que é mais importante, criando espaço de comunicação com a sociedade dos resultados das fiscalizações realizadas. Finalmente, entenderam que o seu maior parceiro na fiscalização dos gastos públicos é a sociedade, a quem interessa os resultados de sua fiscalização.

Tema bastante discutido foi a percepção do distanciamento, da inacessibilidade dos tribunais, questão sinalizada pelos participantes durante todo o evento. A dificuldade na troca de informações, no acesso a documentos e resultados foi colocada de forma direta por representantes da sociedade civil e pelos próprios tribunais.

Foram sugeridas estratégias de ações que permitam uma maior aproximação do controle oficial com a sociedade, tais como:

- disponibilizar informações compreensíveis, contemporâneas e confiáveis;
- firmar uma linguagem

acessível nos relatórios, apresentados em linguagem jornalística e de fácil compreensão, pelo menos para o cidadão medianamente informado;

- instituir uma maior aproximação com o órgão fiscalizado, através das auditorias tempestivas, as auditorias operacionais e de resultados;

- criar um mecanismo de interlocução entre o órgão fiscalizador e a sociedade, através de informações oportunas quanto aos resultados das auditorias realizadas, apresentando inclusive esses resultados em audiência pública para os segmentos interessados;

- estabelecer mecanismos de acompanhamento junto aos órgãos executores dos programas de governo na construção dos indicadores, instrumentos indispensáveis para avaliação dos programas governamentais e,

- criar mecanismos de divulgação para a sociedade desses monitoramentos estabelecidos.

Outro tema amplamente discutido refere-se à avaliação dos programas governamentais. Como avaliar os resultados dos programas governamentais, principalmente os sociais, se o próprio governo, como executor, não consegue ainda estabelecer os indicadores necessários?

Muito feliz o pronunciamento de José Antonio Moroni, representante do Inesc, pela sua pertinência e oportunidade. Segundo Moroni, as questões dos indicadores, para qualquer política pública que seja implementada, deve ter como princípio fundamental a questão da equidade. Portanto, quando se fala de políticas públicas, fala-se de redistribuição das riquezas. Não tem como o país falar em políticas pú-

blicas, indicadores, sem colocar a questão da equidade, senão está se falando de algo que não muda substancialmente a realidade.

Ainda sobre indicadores, tem-se dois elementos que são estruturantes para a questão da desigualdade brasileira: as relações de gênero e as relações étnico-raciais. No Brasil, a desigualdade tem endereço, tem sexo e tem cor. Tem raça. Enquanto o governo não se dispuser, através de políticas públicas, a enfrentar essas desigualdades, fica difícil se falar de um novo Brasil.

Os temas tratados no *workshop* tiveram como foco principal a necessidade de democratização do acesso à informação, como condição essen-

cial ao exercício do direito à cidadania, e que essa informação tem que ser compartilhada entre o governo, o controle oficial e a sociedade, de forma que possam atuar numa ação de complementaridade, num pensamento único de que o que é público é de todos.

Embora alguns estados e municípios já tenham regulamentado o princípio da participação popular no Orçamento, as sugestões e observações das organizações da sociedade ali representadas, em sua grande maioria não são consideradas, não existindo de fato a aludida participação. Para alguns segmentos organizados da sociedade, é aberto o diálogo, discutem-se ques-

tões de interesse dos grupos, mas o processo se perde, não é contínuo, não se traduz em resultados efetivos, pela não consignação das propostas levadas à discussão para o Orçamento.

Talvez, nesse momento, o Governo devesse perguntar como a sociedade civil avalia sua participação no Orçamento. Certamente, a sociedade quer compartilhar o poder de decidir como vai ser gasto o dinheiro público, qual a prioridade a ser dada e não apenas fazer número para que se dê publicidade à dita participação popular.

Como falar em participação efetiva se a informação é sonegada a todas as instâncias de controle, embora

estejamos vivendo em um mundo digitalizado? Permanece a sonegação de senhas de acesso a sistemas que detêm as informações relevantes que interessam ao cidadão, que paga todos os dias uma série infundável de impostos. Permanece o jogo do faz-de-contas. Inexistindo o acesso à informação, através da abertura dos sistemas ao controle oficial e ao controle social, para acompanhamento e avaliação no momento da realização do gasto público, somente resta "chorar sobre o leite derramado", diante dos desmandos levados a público pela mídia.

**Auditora de controle externo do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.*

Seguindo o caminho do dinheiro público

entrevista com Jorge Hage

Juliana Cézar Nunes*

Baiano de Itabuna, o professor universitário e juiz aposentado Jorge Hage é um dos principais guardiões do dinheiro público no Brasil. Na secretaria-executiva da Controladoria-Geral da União (CGU) desde o início do governo Lula, ele fiscaliza o repasse de recursos federais para municípios, estados, empresas e organizações não-governamentais. Nessa entrevista exclusiva ao Irohìn, Hage conta quais as principais estratégias utilizadas pelo governo para permitir que as verbas públicas cheguem às escolas e hospitais. Ele admite que sem a participação popular, a fiscalização corre sempre o risco de ser insuficiente. O secretário-executivo pede que as pessoas que souberem de irregularidades na utilização de dinheiro público não se sintam intimidadas em denunciar. Hage também lembra que o papel na fiscalização pode ir bem além da denúncia. Para ser um agente fiscalizador, é necessário, no entanto, conhecer bem a máquina da administração pública. Nela o dinheiro circula e,

em muitos casos, pode acabar indo pelo ralo da corrupção.

Irohìn - Quais são as principais estratégias utilizadas pelo governo federal para controlar o gasto do dinheiro público repassado pela União aos municípios e estados?

Jorge Hage - A estratégia com mais visibilidade tem como forma inicial de atuação os sorteios dos municípios que serão fiscalizados. É uma ação iniciada neste governo, por idéia do ministro Waldir Pires, e que vem funcionando como fator inibidor de corrupção pela perspectiva que os administradores têm de serem os próximos sorteados para fiscalização. As prefeituras hoje já ficam em estado de alerta. Além dos sorteios de municípios, realizamos auditorias nos órgãos federais e atuamos em diversas investigações juntamente com o Ministério Público e a Polícia Federal. Também temos investido na capacitação de agentes comunitários e funcionários públicos responsáveis pela ação

cotidiana de fiscalização. Para estimular a participação social nesse processo, lançamos o Portal da Transparência, que reúne informações sobre os repasses de verbas federais. Lá, qualquer cidadão pode saber quanto o governo federal passou para o seu município gastar em cada programa, cada obra.

Irohìn - O controle por meio dos sorteios tem atingido as expectativas da CGU?

Jorge Hage - Sem a menor dúvida. Em geral, por mês, sorteamos 60 municípios para fiscalizar. Desde o início do governo, foram realizados 19 sorteios. Já fiscalizamos 981 municípios até o momento, o que representa 17,6% do universo de cidades brasileiras. Os fiscais da CGU chegam na cidade e verificam como o dinheiro enviado pelo governo federal nas mais diferentes áreas - educação, saúde, infra-estrutura, Bolsa Família - está sendo utilizado. Nas ações de fiscalização, já identificamos uma variedade enorme de irregularidades. A



criatividade dos criminosos é impressionante. Estamos agora fazendo estudos para estabelecer os modelos de ação, levantando que tipo de fraude acontece mais em cada tipo de localidade, por tamanho da cidade e da região onde ela está localizada. É possível dizer que os setores onde mais ocorrem fraudes são os de licitação, execução de obras e prestação de contas. E entre as regiões onde as irregularidades são mais frequentes estão o Nordeste, Norte e Centro Oeste.

Irohìn - Os prefeitos costumam cooperar com as investigações?

Jorge Hage - Em muitos casos, não. Em Porto Seguro e Mucuri, por exemplo, fomos obrigados a afastar os prefeitos liminarmente durante as investigações. Alguns administradores públicos têm papel



ativo no desvio das verbas públicas. Em Alagoas, uma operação da CGU, em conjunto com Ministério Público e Polícia Federal, levou à descoberta de uma quadrilha que atuava em 40 municípios fraudando programas de merenda escolar. Ofereciam para os administradores verdadeiros kits de corrupção para ensinar com eles podiam beneficiar determinadas empresas dispostas a dividir o lucro da ilegalidade. Na Paraíba, descobrimos que entre 91 e 2005 a mesma empresa foi contratada para executar praticamente todas as obras públicas de João Pessoa. A prefeitura fez uma licitação em 91 e vários aditamentos irregulares nos anos seguintes. A empresa escolhida subcontratava outras para executar as inúmeras obras.

Irohin- Há alguma participação da comunidade nessas ações de fiscalização em consequência do sorteio?

Jorge Hage – Quando a equipe da CGU chega em uma cidade, naturalmente ela desperta na população mais atenção para os problemas locais e várias denúncias começam a aparecer, muitas delas com fundamento. As cidades fiscalizadas em geral não têm uma imprensa atuante. Quando tem imprensa, ela costuma estar comprometida com os poderosos locais. Aonde não chega o arejamento dos meios de comunicação e dos movimentos sociais, a situação é pior. Já chegamos a locais em que as pessoas dizem que nunca viram um servidor público, que dirá um fiscalizador não comprometido com a política local. Alguns administra-

dores tentam impedir que as pessoas falem com nossos auditores. Houve município em que a equipe teve de ser resgatada pela polícia federal. Eles recebem ameaças de morte. Em Alagoas, uma quadrilha queimou vivo um professor que fez denúncias à CGU.

Irohin – Além de denunciar, o que o cidadão pode fazer para ser também um agente fiscalizador?

Jorge Hage – Esse é um papel que achamos fundamental ser exercido por cada cidadão. E foi justamente para ampliar essa participação que lançamos um milhão de exemplares de uma cartilha chamada “Olho Vivo no Dinheiro Público”. O texto com as instruções também está disponível na Internet pelo site www.cgu.gov.br A cartilha aponta quais as instituições que atuam na fiscalização dos gastos públicos e explica um pouco sobre a parte legal. O texto lembra, por exemplo, que os impostos e as taxas que as pessoas pagam são a origem do dinheiro repassado pelo governo federal para merenda escolar, saúde, remédios, escolas, creches, assistência a idosos, construção de estradas e muito mais. A cartilha mostra também que é necessário cobrar dos conselhos municipais de saúde, educação e assistência social, por exemplo, a fiscalização dos gastos públicos. Já fizemos 10 seminários para agentes municipais, conselheiros e lideranças locais de 82 municípios. Muitos deles não sabiam sequer as funções que cada conselho deve exercer. A fiscalização deve ser feita em caráter permanente na comu-



nidade. O papel do cidadão na atividade política não acaba quando ele vota.

Irohin – E como as pessoas podem se informar sobre os recursos repassados pelo governo federal pas os municípios?

Jorge Hage – Desde novembro de 2004, está disponível na Internet o Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br). Ele reúne 300 milhões de dados sobre repasses acessíveis para qualquer cidadão. Informa sobre todos os recursos federais enviados, programa por programa, pessoa por pessoa. No caso do “Bolsa Família”, é possível saber quem na sua cidade está recebendo o benefício. Em cidades pequenas, onde todos se conhecem, um cidadão fiscalizador pode até identificar pessoas que recebem o benefício irregularmente. O Portal da Transparência é interessante porque não adianta falar de participação se não há informação e instrumento. Recentemente, colocamos no portal as informações sobre os cartões corporativos, utilizados por alguns funcionários públicos para cobrir despesas em serviço. O extrato de cada cartão agora está disponível. Isso aumenta a transparência e a possibilidade de controle. É um avanço enorme, um controle praticamente em tempo real. Com relação aos cartões corporativos, nosso próximo passo é reduzir a parcela que não pode ser discriminada no extrato, que é parcela de saques. No governo anterior, 80% do dinheiro disponível no cartão era sacado. Hoje, essa porcentagem já foi reduzida para 60%.

Irohin – As inúmeras denúncias de irregularidades em órgãos federais, como os Correios, em 2005, mostraram que não existem problemas apenas nas prefeituras. Como a CGU tem atuado para fiscalizar as instituições federais?

Jorge Hage – Desde o início do governo já fizemos 7,5 mil auditorias nos órgãos federais. Este mês (dezembro) concluiremos as auditorias nos Correios. De fato, encontramos uma centena de irregularidades, especialmente na aplicação de recursos em áreas como informática, publicidade e obras. Levantamos 600 contratos. Nos 220 de maior peso, já é possível apontar um prejuízo de R\$ 8 bilhões para os cofres públicos em consequência de ilegalidades cometidas. Para evitar que esses prejuízos continuem acontecendo, a CGU vem treinado os funcionários públicos das próprias instituições federais, para que em processos disciplinares internos as irregularidades sejam identificadas, antes mesmo da autoria da CGU. Cerca de 2,6 mil funcionários já foram treinados para isso. Temos procurado também agir em rede, repassando sempre as informações que coletamos para o Ministério Público, responsável por levar essas irregularidades para a avaliação da Justiça. Estamos certos de que a ausência de punição cria clima de impunidade. Mostrar que desvio de recursos públicos leva para a prisão é a melhor forma de acabar com os mais de 500 anos de desvios desse tipo no Brasil.



Foto: Carlos Moura

Trabalho e Emprego Doméstico: saiu finalmente a comissão da Câmara

Gueto ocupacional de mulheres negras, a categoria sem representatividade política luta pela equiparação de direitos com os demais trabalhadores. Cerca de 30 projetos tramitam atualmente na Câmara dos Deputados. Governo Federal lança programa de qualificação.

Juliana Meneses de Castro*

A relatora da Comissão de Trabalho Doméstico, Luci Choinacki (PT/SC), pretende realizar um grande seminário entre os meses de março e abril para mobilizar a classe política em torno das questões relacionadas às empregadas domésticas. O Seminário reunirá representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Federação das Empregadas Domésticas, dentre outros representantes da categoria, para levantar quais as reivindicações prioritárias a serem votadas pela comissão.

A comissão foi criada em 01 de dezembro de 2004, para propor e estudar leis sobre o trabalho doméstico, pelo então presidente da Câmara João Paulo Cunha. A medida resultou de um pedido da Deputada Luci Choinacki, relatora da Comissão Externa da Feminização da Pobreza. Cerca de 30 projetos relacionados aos trabalhadores domésticos tramitam atualmente na Câmara dos Deputados.

Os projetos que versam sobre um mesmo assunto serão apensados para agilizar e facilitar a votação. O Seminário também reforçará a luta contra os preconceitos de raça, cor e gênero. As datas de 08 de março, Dia Internacional da Mulher, e 27 de abril, Dia da Empregada da Doméstica, serão utilizadas para chamar a atenção dos políticos e da sociedade sobre a necessidade de se combater este tipo de discriminação.

A Comissão deve começar a se reunir em abril, quando estarão definidos os projetos prioritários a serem votados. Os trabalhos serão



Dep. Luci Choinacki (PT-SC)

intensificados até o mês de maio, para evitar que o ano eleitoral atrapalhe as votações.

Comissão demorou a sair do papel

Alguns entraves dificultaram a instalação da comissão. Partidos como PSDB, PFL e PPS tardaram a indicar seus representantes para participar dos trabalhos. Dia 23 de agosto de 2005, ensaiou-se a primeira tentativa de Instalação da Comissão e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Porém, a data coincidiu com o dia do depoimento do ex-deputado Valdemar Costa Neto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Compra de Votos e a reunião foi adiada por falta de quorum. O mesmo aconteceu em 14 de setembro, dia em que o plenário votou pela cassação de Roberto Jefferson.

Em 05 de outubro, deu-se outra tentativa frustrada. Desta vez, os parlamentares só tinham olhos para o depoimento do coordenador do escritório do PTB em Minas Gerais, José Hertz Cardoso, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, testemunha do processo contra Romeu Queiroz (PTB/MG).

Em 30 de novembro, a comissão finalmente saiu do papel e a deputada Eliane Costa (PTB/RJ) tornou-se presidente.

A invisibilidade do trabalho doméstico

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE mostram que 95% das trabalhadoras domésticas são mulheres, desse total 57,4% são negras e pardas. Na categoria, 73% não têm carteira assinada e 57,9% têm ensino fundamental incompleto. A luta das em-

pregadas domésticas pelo reconhecimento de seus direitos trabalhistas passa pela superação dos preconceitos de gênero e raça tão arraigados em nossa sociedade.

A professora Márcia Lima, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), diz que, independentemente da cor, o trabalho doméstico é marcado por um crescimento constante. Segundo ela, a Pesquisa Mensal de Emprego, divulgada em setembro do ano passado, mostrou que o serviço doméstico cresceu 13%. Foram oferecidas 195 mil vagas. A população economicamente ocupada cresceu, no período, apenas 2,3%. "Esses dados apontam que o que cresce no mercado de trabalho brasileiro são as ocupações de maior precariedade", conclui.

É nesse contexto que se dá a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2001 revelou que 1/3 da força de trabalho das mulheres pretas e ¼ das mulheres pardas são trabalhadoras domésticas. Enquanto apenas 14,8% das mulheres brancas estão neste mercado.

Outras dificuldades da categoria são a jornada, que supera 12 horas diárias, a baixa remuneração, a falta de assistência em caso de acidente de trabalho e o assédio sexual no local de trabalho, sem falar no emprego da mão-de-obra infantil. Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no Brasil hoje existem meio milhão de crianças e adolescentes

que exercem trabalho doméstico não remunerado. Trabalham por casa e comida.

Márcia Lima diz que o trabalho infantil vem diminuindo. Contudo, a desigualdade racial reside no fato de que ocorreu uma menor redução do trabalho infantil para pretos e pardos. Enquanto que a redução na taxa de participação na PEA foi de -32,9% para as crianças brancas, para as crianças negras essa redução foi de -21,5%.

Trabalho Doméstico Cidadão

O programa Trabalho Doméstico Cidadão integra o Plano Setorial de Qualificação (PlanseQ) do Ministério do Trabalho e Emprego e foi lançado, no dia 20 de janeiro de 2006, pelo ministro Luiz Marinho. O objetivo do programa é proporcionar qualificação social, profissional e elevação da escolaridade de trabalhadoras domésticas. O financiamento de R\$ 800 mil é do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Neste ano, as cidades de Aracaju (SE), São Luís (MA), Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ) também darão início ao programa. A previsão é a de que, na primeira fase do programa, sejam beneficiadas 350 trabalhadoras. Em 2007, a iniciativa será estendida a várias cidades. A expectativa do ministério é a de que 50 mil trabalhadoras participem do Trabalho Doméstico Cidadão.

Em todas as cidades serão oferecidas aulas de economia doméstica; organização e gestão de estoque; técnicas de limpeza, arrumação, lavagem e conservação de roupas; puericultura; higiene e manipulação de alimentos; cozinha básica, regional e étnica. Os cursos serão desenvolvidos de forma dinâmica, utilizando a experiência que as trabalhadoras domésticas acumularam no exercício da profissão como ponto de partida para o novo aprendizado. Aliado ao aprendizado profissional, elas terão aulas de português, matemática, história, entre outras disciplinas.

O programa tem duração de 18 meses, com aulas noturnas e nos fins de semana. Além da qualificação social e profissional, o programa abrange questões fundamentais

para o exercício da cidadania, tais como a elevação de escolaridade, o fortalecimento da auto-organização das trabalhadoras domésticas e o desenvolvimento de projetos para intervenção em políticas públicas. A ação tem o apoio da Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial e diversas outras instituições.

Projetos que tratam da questão do trabalho doméstico

Autorizam desconto no Imposto de Renda de pagamento a empregados domésticos:

PL -5338/2005 Autor :André Figueiredo PDT/CE

PL- 5148/ 2005 Autor :José Militão PTB/MG



Os deputados Alceu Collares (PDT-RS) e Luiz Alberto (PT-BA) fazem parte da Comissão de Trabalho Doméstico

PL- 5118/ 2005 Autor :Carlito Meres PT/SC

PL- 4102/ 2004 Autor :Jovino Cândido PV/SP

PL- 1340/ 2003 Autor :Durval Orlato PT/SP

PL- 1411/ 2003 Autor :Dr.Helena PSDB/RJ

PL- 1430/ 2003 Autor :Bispo Wanderval PL/SP

PL- 2601/ 2003 Autor :Medeiros PL/ SP

PL- 2686/ 2003 Autor : Durval Orlato PT/SP

Ampliação para 30 dias ou modificação do direito à férias como aplicação das normas da CLT relativas concessão de férias aos empregados domésticos:

PL -3782/2004 Autor :Drª Clair PT/ PR

PL- 4130/ 2004 Autor :Couraci Sobrinho PFL/SP

PL- 2890/ 2004 Autor :Eduardo Valverde PT/RO

PL- 1850/ 2003 Autor :Selma Schons PT/PR

Concessão de estabilidade provisória à empregada doméstica gestante:

PL -3782/2004 Autor :Drª Clair PT/ PR

PL- 3871/ 2004 Autor :Mário Assad PL/MG

PL- 352/ 2003 Autor :Rogério Silva PPS/MT

Proibição do trabalho doméstico a menores de 16 anos:

PL -542/2005 Autor :Laura Carneiro PFL/RJ

Valverde PT/RO – Obriga o empregador a reter a contribuição previdenciária e entregar cópia da guia ao empregado doméstico.

PL- 2889/ 2004 Autor : Eduardo Valverde PT/RO - permite a contratação por Tempo parcial (até 25h).

PL- 2892/ 2004 Autor: Eduardo Valverde PT/RO - permite a formação de consórcio entre empregadores domésticos, usufruindo da prestação de serviços e dividindo as obrigações trabalhistas.

PL- 1652/ 2003 Autor: Luís Alberto PT/BA – proíbe descontos salariais e dispensa o empregado da apresentação de atestado de boa conduta para admissão.

PLP- 179/ 2004 Autor: João Campos PSDB /GO – proíbe a demissão arbitrária ou sem justa causa do empregado doméstico.

Contribuição previdenciária:

PL- 2891/ 2004 Autor: Eduardo Valverde PT/RO – Obriga o empregador a reter a contribuição previdenciária e entregar cópia da guia ao empregado doméstico.

PL- 1486/ 2003 Autor: Orlando Desconsi PT/RS – Reduz para 2% a contribuição do empregado doméstico e para 8% a do trabalhador.

Regulamentação da jornada de trabalho:

PL -342/2003 Autor: Paes Landim PFL/PI – estabelece jornada de trabalho, jornada extraordinária, trabalho noturno e aos domingos, valores de hora-extra, salário-hora, salário-dia, períodos de descanso.

Outros benefícios:

PL 1615/2003 Autora: Ângela Guadagnin-PT/SP- inclui os benefícios salário-família, auxílio-acidente e remuneração integral do salário-maternidade.

PL 2393/2003 Autor: Bernardo Ariston -PMDB/RJ- dá direito a 120 dias de licença maternidade em caso de parto prematuro.

*Jornalista (DF)



Foto: Carlos Moura

Direito de Resposta

Mariângela Andrade*

Canais de TV incitam o preconceito contra as religiões de matriz africana. O andamento do processo na Justiça é lento e os recursos protelatórios vão deixando impunes graves ações de intolerância

No final do ano passado, o STJ – Superior Tribunal de Justiça concedeu efeito suspensivo para obstar o cumprimento da medida liminar que dava direito de resposta às religiões de matriz africana. Isso significa dizer que, tendo ingressado com uma medida cautelar, a Rede Mulher de Televisão e a Rádio e Televisão Record conseguiram que se adiasse por mais um tempo a veiculação de programas de resposta às agressões praticadas.

Em 15.12.2003, o Ministério Público Federal em São Paulo recebeu representação de diversas entidades afro-brasileiras para a instauração de um procedimento administrativo, que tinha por finalidade a apuração de eventual preconceito e discriminação racial praticados pela Rede Record de Televisão e Rede Mulher de Televisão.

Isso se deu por causa da veiculação de programas religiosos de conteúdo discriminatório, chamados Sessão de Descarrego e Mistérios, nos quais os participantes, que se identificam como ex-adeptos de religiões de matriz africana, submetem-se a sessões de “descarrego”, reiterando sempre que nos terreiros de Candomblé e Umbanda os seus seguidores praticam o mal, a feitiçaria e a bruxaria.

Durante o ano de 2004, o Ministério Público investigou os fatos. Foram transcritas as fitas em VHS com a programação da TV Record e se puderam constatar várias ofensas às religiões de matriz africana, como por exemplo a substituição do termo “pai e mãe-de-santo” pelo “pai e mãe-de-encosto”.



Foto: Daniel Cardoso

Durante a apuração se oficiou às emissoras, questionando-se o conteúdo dos programas, ao que essas responderam serem de responsabilidade de uma produtora independente, que os criava e produzia. Sobre isso, quando consultado, o Ministério das Comunicações entendeu que mesmo que haja a participação da produtora, a emissora cedente não se exime da responsabilidade pela exibição dos programas.

Diante dessas informações, o Ministério Público oficiou às emissoras solicitando a elaboração de um estudo sobre a possibilidade de elas cederem na programação um espaço para o direito de resposta em favor das entidades afro-brasileiras, como forma de garantir o direito à igualdade e à liberdade de expressão e de crença. Infelizmente a resposta foi negativa.

Esse procedimento para apu-

rar a representação resultou na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, em conjunto com o Ceert – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade e com o Intecab – Instituto Nacional de Tradição e Cultura, com a qual se pretende a exibição de vários programas em resposta àqueles programas ofensivos vinculados pelas emissoras.

A Ação Civil Pública n.º 200461000345496/SP foi proposta na Vara Federal Cível de São Paulo, tendo sido julgada em caráter urgente, (antecipando os efeitos da tutela), em 14 de maio de 2005, pela juíza substituta da 5ª Vara Cível, Marisa Cláudia Gonçalves Cúcio, que atendeu o pedido parcialmente, condenando as emissoras à exibição de um programa com duração de uma hora para ser exibido no mesmo horário dos ofensivos “Sessão de Descarrego e Mistérios.”

Essa primeira decisão não pôe fim à demanda proposta pelo Ministério Público, mas garante antecipadamente que as informações dos programas de resposta possam ser vinculadas enquanto o Tribunal decide a causa.

Inconformadas, as emissoras reagiram com um Agravo de Instrumento (AG 234396 – 2005.03.00.028432-0) dirigido ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde pretendiam suspender o efeito da decisão da juíza. Esse recurso, porém, também foi negado pela desembargadora federal Consuelo Yoshida, em 24.05.2005, que entendeu que a argumentação não tinha relevância para ensejar a suspensão da eficácia da decisão.

Ainda inconformadas, as rés interpuseram Medida Cautelar no STJ de número 10117, julgada em 29.05.2005, alegando que o cumprimento da decisão teria um caráter satisfatório, configurando um dano irressarcível para as emissoras, caso viessem a ganhar a ação. Nessa MC, o ministro presidente do STJ, Edson Vidigal, suspendeu a execução do direito de resposta até que fosse julgado o Agravo de Instrumento interposto no TRF3R.

O recurso foi julgado em 23.11.2005, pela 6ª turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que negou por unanimidade o Agravo de Instrumento interposto pelas emissoras rés. Confirmando, portanto, a decisão do juízo de 1º grau. Por causa disso, em 24.11.2005, a juíza federal substituta da 25ª vara, Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, mandou que se

cumprisse a liminar dada pela juíza substituta da 5ª Vara Cível, Marisa Cláudia Gonçalves Cúcio, em 14 de maio de 2005.

Com a intenção de protelar o cumprimento da decisão liminar, suspendendo seus efeitos, as emissoras rês, ingressaram em 25.11.2005 com novo pedido cautelar (MC 10883) no Superior Tribunal de Justiça. O ministro César Asfor Rocha, em despacho do dia 26.11.2005, deferiu o pedido liminar da Medida Cautelar suspendendo os efeitos da decisão de 1ª instância que foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal, em 23.11.2005.

Desse despacho, o Ministério Público interpôs agravo regimental, argumentando em primeiro lugar o

não conhecimento da medida cautelar pela incompetência do Superior Tribunal de Justiça. Para que este pudesse analisar o pedido, haveria necessidade de interposição e apreciação de Recurso Especial no TRF3R.

O trâmite processual dos tribunais deve seguir um rito formal que, em não sendo observado, acarreta em nulidade dos atos processuais praticados. Por ora, a decisão do ministro César Asfor Rocha vigora até a apreciação do Agravo Regimental e da Contestação do Ministério Público, mantendo-se suspensa a execução da liminar que garante o direito de resposta às religiões de matriz africana.

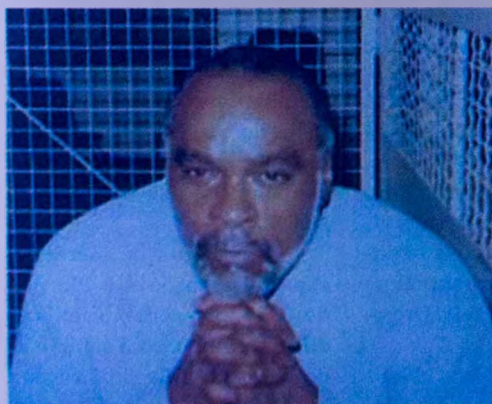
*Advogada (DF)

Trâmite Processual da Ação Civil Pública			
Instâncias	Tribunal	Numero do processo	Decisões
1ª instância	5ª vara federal civil da Justiça Federal	2004.61.00.0345496/SP	Decisão liminar garantindo o direito de resposta.
2ª instância	TRF 3R - Tribunal Regional Federal da 3ª Região	AG 234396 - 2005.03.00.028432-0	Acórdão da 6ª turma, negando o efeito suspensivo ao AG. Garante a execução da liminar da 1ª instância.
3ª instância	STJ - Superior Tribunal de Justiça	MC 10117/SP - 2005/0082437-4	Medida liminar que suspende os efeitos da decisão da 1ª instância até o julgamento do AG.
3ª instância	STJ - Superior Tribunal de Justiça	MC 10883/SP - 2005/0200061-9	Despacho que suspende os efeitos da medida liminar. Adiado por mais um tempo a execução dos programas.

* Nota: com a Constituição Federal de 1988, foram criados cinco Tribunais Regionais Federais, que atuam como segunda instância, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos. A Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado de São Paulo integra, juntamente com o Estado de Mato Grosso do Sul, o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com sede em São Paulo.

Sempre alegando inocência, **Tookie Williams** foi executado na Califórnia

Nenhum de seus livros foi ainda publicado no Brasil, mas há filme disponível nas locadoras



Stanley Tookie Williams III, um conhecido militante negro pela não-violência, foi executado em 13 de dezembro de 2005 pelo estado da Califórnia. Numa decisão política - já que concorre à reeleição pelo Partido Republicano em 2006 - o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, negou o pedido de clemência e autorizou a execução de Tookie. Schwarzenegger justificou sua decisão afirmando que Tookie não se confessou culpado nem demonstrou arrependimento pelos seus crimes, e por isso não poderia levar a sério sua reabilitação. Tookie foi condenado à morte em 1981 pelo assassinato de quatro pessoas, apesar de alegar inocência. Seus advogados contestaram os testemunhos que o incriminaram, pois vários deles foram fornecidos por pessoas com pendências na justiça, que facilmente seriam motivadas a mentir a fim de atenuar suas penalidades. Alegaram ainda racismo, já que três jurados negros foram retirados durante o processo e um promotor público o comparou a um animal durante o julgamento. Durante o período em que esteve preso, Tookie - co-fundador da gangue "Crips", que assolou Los Angeles nos anos 70, iniciou um trabalho voltado para os jovens em situação de risco para afastá-los da violência das gangues. Seus livros correram o mundo - e ainda não foram publicados no Brasil - e lhe renderam diversas indicações aos Prêmios Nobel de Literatura e da Paz.

O alcance do trabalho de Tookie, reconhecido mundialmente, não foi suficiente para evitar sua morte. Mas ao menos colocou mais uma vez em questão a pena de morte: um sistema que, em suas palavras, é racista, desumano e voltado basicamente para pessoas pobres.

(Renata Nóbrega)

Filme: *Redenção*. Título Original: *Redemption: The Stan Tookie Williams Story*. Dirigido por Vondie Curtis Hall e com grande desempenho de Jamie Foxx, representando Tookie. Há cópias disponíveis nas locadoras.

Livros: *Blue Rage*, *Black Redemption*; *Tookie speak out against violence*; *Life in Prison*.

Endereços na internet:

<http://www.tookie.com/>

http://www.survivingthesystem.com/williams_stanley_tookie.htm

23



INTOLERÂNCIA



Abdias do Nascimento: a ruptura essencial

Conhecer a trajetória e o legado de Abdias do Nascimento é fundamental para as necessidades da luta contemporânea dos afro-descendentes e não só no Brasil

*Marconi Fernandes de Sousa**

Este artigo é baseado no conteúdo da monografia desenvolvida na minha graduação sobre a representação racial da Câmara dos Deputados¹. O trabalho foi estruturado a partir da análise de discursos sobre a questão racial nas décadas de 60, 70 e 80. O foco especial adotado neste artigo é a importância da presença de Abdias do Nascimento (PDT-RJ, 1983-1987) naquela Casa.

Historicamente, a presença do negro nas Câmaras Representativas é ínfima desde a Proclamação da República. Raras presenças vêm acompanhando a história do sistema representativo, e a possível mudança de curso desta tendência, mesmo que extremamente tímida, começa principalmente a partir dos anos 80, mais especificamente na 47ª Legislatura (1983-1987) com a entrada de um senador e quatro deputados, sendo que dois destes eram suplentes, dos quais um era Abdias do Nascimento². A partir de então, o número de deputados negros aumentou com estimativa atual de 20 a 30 parlamentares no Congresso, permanecendo ainda um perverso quadro de sub-representação.

A atuação de Abdias é central para se entender o posicionamento da Câmara dos Deputados perante a segregação racial que vive o país. Abdias provocou uma grande ruptura com o pensamento harmônico e conservador acerca das relações raciais que reinava nas percepções da Câmara. Até a sua atuação, o tema

das relações raciais era praticamente inexistente e se manifestava majoritariamente quando crimes de racismo norte-americano e sul-africano ganhavam os holofotes da mídia brasileira. Neste contexto, o Brasil emergia nos discursos apaixonados dos deputados como o maior exemplo de tolerância racial em todo o mundo.

Na amostra de discursos analisados nos anos 60, o único deputado que se posicionou contra as percepções harmônicas reinantes na casa foi Mário Gurgel (MDB-ES, 1967-1970), deputado que se identificou como negro em seus discursos. Nos anos 70, a mesma tendência ocorreu. Os deputados que mais se manifestaram contra as percepções harmônicas e contra a letargia com que o Estado lidava com a questão racial no Brasil foram Carlos Santos (MDB-RS, 1975-1983) e Adalberto Camargo (MDB-SP, 1971-1983), deputados que assumiram a identidade negra em seus pronunciamentos. Além destes, poucos deputados preferiram críticas ao excesso de harmonia contido no discurso comum.

Apesar de o posicionamento desses deputados não compartilhar das imagens de tolerância e igualdade racial presentes nos demais discursos, prevalecia ainda um certo conservadorismo nos pronunciamentos (com exceção de Mário Gurgel), e as suas atuações não significaram um esforço sistemático e propositivo para o agendamento da questão racial na Câmara. De fato, Abdias do Nas-

cimento foi o primeiro deputado a trabalhar prioritariamente em prol da causa negra e a duras penas conseguiu estabelecer as principais diretrizes da ação do Movimento Negro no Parlamento, diretrizes que até hoje são seguidas.

Os discursos de Abdias geraram debates intensos. A sua postura firme e denunciadora da segregação racial no Brasil evidenciou como a maioria dos deputados era insensibilizada, alheia, ou mesmo conscientemente avessa à problemática da segregação racial, cenário que parece não ter sofrido mudança substancial, tamanho o racismo existente no país.

Enquanto nos anos 60 e 70, a problemática do racismo emergia nos discursos dos demais deputados enquanto fenômeno exógeno, ou era tratado como exceção caso alguma denúncia de sua prática viesse à tona no país, Abdias expunha e explorava a sua complexidade nos discursos e nos seus projetos de lei.

O primeiro aspecto que chama atenção em seus discursos é a evocação dos Orixás para sua proteção e ajuda na luta que travava na Casa, uma postura afirmativa de valor inestimável em um espaço no qual, de forma naturalizada, as crenças cristãs predominam. A partir de suas evocações, o deputado discursava sobre uma gama enorme de formas como o racismo se manifestava no Brasil – intolerância religiosa, não rompimento com relações diplomáticas com a África do Sul, ausência de negros nos espaços de

poder, impunidade em relação às práticas racistas, embranquecimento enquanto ideologia de Estado, mito da democracia racial, falsidade do 13 de maio, entre outras.

Os seus discursos não estavam desprovidos de propostas. Eles se materializaram em projetos de leis incisivos que iam desde a revogação da Afonso Arinos – por meio do PL nº 1661, de 1983, que passa a tratar os crimes de racismo enquanto crimes de lesa-humanidade – a projetos que instituíam ações afirmativas (ou compensatórias, para usar a terminologia preferida por Abdias). Todos os seus projetos encontram-se arquivados. Alguns tiveram votação adiada no Plenário por 20 vezes, o que evidencia a dimensão do silenciamento que se opôs a Abdias e sua luta.

O projeto que merece nossa especial atenção é o PL nº 1332, de 1983, que contava com conteúdo abrangente, com características de Estatuto pela proposição integrada de medidas necessárias para a superação do quadro de desigualdades raciais. O projeto instituiu ações compensatórias no Estado e em instituições privadas, entre outras várias medidas de promoção e valorização do negro, como a representação da família negra em livros didáticos, o ensino de História da África, assim como a introdução do ioruba ou swahili no currículo do ensino fundamental. Podemos afirmar sem sombra de dúvida que se trata do primeiro Esta-

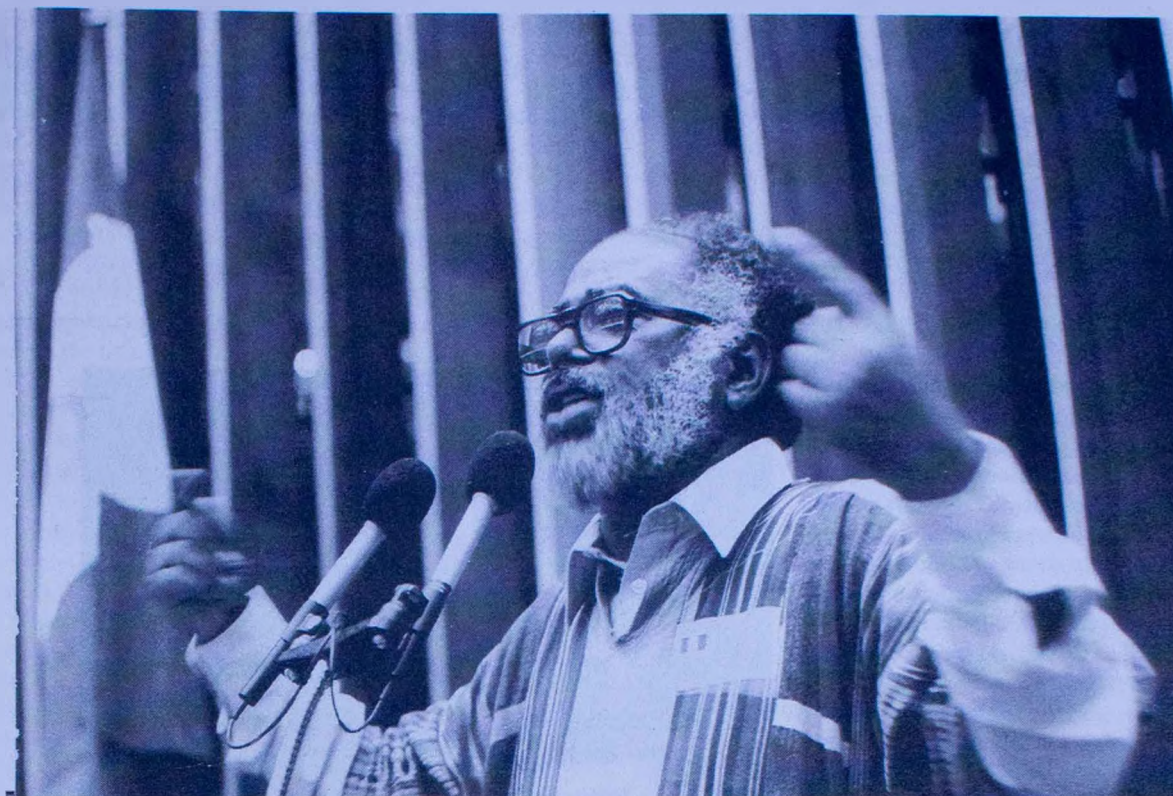
tuto da Igualdade Racial que tramitou no Congresso.

Conhecer a trajetória e o legado de Abdias no Congresso Nacional é fundamental para se compreender a ancestralidade da ação do Movimento Negro. O seu exemplo de obstinação em prol da causa negra evidencia o quão monumentais e institucionalizados são os obstáculos que diariamente o negro enfrenta para conquistar seus direitos. Já conhecemos o destino do Estatuto que Abdias defendeu, e não seria surpresa se hoje a Câmara novamente virasse totalmente as costas para o povo negro na votação do Estatuto da Igualdade Racial atualmente em tramitação.

UMA ELOQUÊNCIA DEMOLIDORA

Em 21 de março de 1985 Abdias do Nascimento se dirigia ao Plenário para falar sobre o Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação. Ao fazer uma crítica duríssima à postura do Estado brasileiro no contexto externo (manter laços comerciais com África do Sul, incentivo ao turismo naquele país, não extensão de direitos que os portugueses gozavam a alguns países africanos, etc) e interno (todo o quadro de segregação que sempre denunciava), Abdias é aparteado pelo Dep. Gerson Peres³: Veja a seguir o aparte e a resposta brilhante e corajosa do Dep. Abdias do Nascimento.

O Sr. Gerson Peres — Nobre Deputado Abdias Nascimento, com o respeito e a admiração que tenho por V. Ex^a permita-me discordar da tese genérica que expõe nessa tribuna. Quanto ao ponto de que no nosso País existe discriminação racial, V. Ex^a violenta umas das maiores tradições aqui existentes, pois o que aqui existe, Deputado, são preconceitos sociais, provenientes, talvez, do sistema capitalista vigente. Mas não há discriminação racial. Aqui, o preto, o negro é tão nobre e tão digno que o povo brasileiro o traz para a tribuna do Congresso. E hoje V. Ex^a aqui fala, defendendo suas idéias, seus pensamen-



Abdias do Nascimento discursa com coragem e competência na tribuna da Câmara

tos. E nós o respeitamos. Aqui, os brancos votam nos pretos, como votaram em V. Ex^a milhares de brancos. Veja que falo com o respeito que tenho por V. Ex^a. Não há discriminação às mulheres; o que há são preconceitos sociais, provenientes do sistema capitalista existente, onde milhares têm pouco e poucos têm muito, gerando realmente este conflito na sociedade, o que atinge muitas vezes, as camadas mais pobres, onde há milhares de brancos, como milhares de pretos. E a nossa Constituição, Deputado Abdias Nascimento, não permite a discriminação; proíbe-a desde o Império, desde a República, até a última Constituição, a de 46, gerada pela vontade soberana do povo brasileiro, através da Constituinte. Eu o admiro, realmente, por condenar o *apartheid*, a discriminação racial nos Estados Unidos, onde existe uma democracia que falta ser completada com a eliminação dessa discriminação. Mas, no nosso País, Deputado, o preto e o branco são uma dualidade como uma unidade de substância, que é a nossa fraternidade, o nosso amor, a nossa maior bandeira para o mundo. É um país livre, feliz, tão feliz

quanto nós, que nesta tarde ouvimos um Deputado negro que honra este Parlamento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO — Retribuo a V. Ex^a o sentimento que externou em relação à minha humilde pessoa, mas quero também manifestar-lhe que foi com profunda consternação que ouvi o seu aparte. V. Ex^a está afastado não só das ocorrências históricas, como da nossa realidade atual. Em primeiro lugar, devo informar a V. Ex^a que foi exatamente o racismo do Brasil e do mundo que criou o capitalismo. V. Ex^a vê o racismo como consequência do capitalismo. V. Ex^a desconhece o assunto. O capitalismo é o resultado do racismo e da exploração escravagista. Em segundo lugar, desejaria dizer-lhe que, ao afirmar que não há racismo no Brasil por existir um Deputado negro no Congresso Nacional, V. Ex^a está exatamente provando que ele existe. A maioria do povo brasileiro é de origem africana, e só um Deputado negro vem aqui falar a respeito do seu povo. Este é o exemplo mais clamoroso de racismo. Acabo de receber um convite de 30 Deputados que formam o bloco negro no Congresso ameri-

cano, no sentido de lá comparecer em setembro. Há trinta Deputados negros nos Estados Unidos, num país onde o negro representa 15% da população. No nosso País, somos mais de 70%, e há somente um Deputado negro neste Parlamento. V. Ex^a, no seu aparte, apresenta a minha pessoa como testemunho da ausência de racismo no nosso País. Com isso, V. Ex^a está confirmando a tese de que no Brasil o racismo é mais evidente do que nos Estados Unidos e na África do Sul, onde, hoje, muitos negros morreram na celebração do Dia Internacional contra o Racismo.

**Marconi Fernandes de Sousa é mestrando em Ciência Política/UnB e assistente de pesquisa do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada*

¹ SOUSA, Marconi F. *As relações raciais na Câmara dos Deputados: análise de discursos parlamentares nas décadas de 60, 70 e 80*, Universidade de Brasília, IPOL, 2005.

² JOHNSON III, Ollie A. *Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99)*. *Estud. afro-asiát.*, dez. 2000, no.38, p.7-29. ISSN 0101-546X.

³ *Diário da Câmara dos Deputados*. 22 de março de 1985, p. 1580-1589.



Bando de Teatro Olodum: 15 anos de cênica negra

Jamile Menezes Santos*

Da inexistência de uma arte dramática sistematizada que trouxesse aos palcos baianos os problemas, a estética e a tradição cultural de negros e negras de Salvador, foi que surgiu, em outubro de 1990, o Bando de Teatro Olodum. Grupo hoje formado por 20 atores e atrizes negros (as), o Bando comemora 15 anos no cenário artístico baiano, com uma história que mescla polêmica, superação, talento, e a afirmação de uma maneira negra e resistente de fazer teatro.

"Era uma necessidade pessoal e antiga fazer essa investigação teatral sobre as manifestações culturais, realidades e expressões afro-brasileiras e transpô-las para os palcos", afirma Marcio Meirelles, fundador e diretor do Bando. Unindo-se a outros artistas com interesses semelhantes, dentre eles a produtora Chica Carelli, que, hoje, codirige o grupo, e o apoio institucional do Grupo Cultural Olodum, que queria experimentar novas linguagens artísticas, Meirelles apostou no projeto e partiu para sua construção. Entretanto, a parceria com o Olodum não dura até os dias atuais, mantendo-se apenas o nome em virtude de ser já uma marca reconhecida e estabelecida no cenário teatral baiano e brasileiro. "Hoje temos uma relação respeitosa, mas somos um grupo independente", diz.

Com 26 peças no currículo, o Bando de Teatro Olodum tem sido referência de dramaturgia negra na Bahia, com elenco formado a partir de experiências com as comunidades, por meio de oficinas de seleção de atores e montagem de peças que falam da realidade do negro brasileiro. Diferente já em sua formação, o critério para integrar o Bando era estar comprometido (a) com a cultura e promoção da comunidade negra, fossem artistas expe-



Lázaro Ramos na peça Zumbi
Foto: Isabel Gouvêa



Peça Relato de uma guerra
que (não) acabou
Foto: Márcio Lima



Peça Cabaré 2005 Foto: Márcio Lima

rientes ou não. Essa foi e tem sido também a missão do Bando de Teatro Olodum junto a esse contingente de profissionais negros que encontravam e ainda encontram nos "palcos tradicionais", a barreira racista que subestima seu talento e não dá espaço para suas expressões.

"Bando de negros" - Já em seu nome, o Bando traz este que é um de seus principais componentes: a polêmica. Com o intuito de forçar a inquietação da sociedade baiana, intrinsecamente racista, o grupo optou pela controvérsia como estratégia de marketing. E deu muito certo. Hoje, o Bando de Teatro Olodum é sinônimo de teatro de provocação, contestação de estereótipos e, sobretudo, de afirmação racial. "Falar do Bando é falar de si mesmo", diz Telma Souza, uma das atrizes iniciantes do grupo, que afirma que foi no Bando que ela "entendeu o que é ser discriminada pela sociedade". Preconceitos e críticas ferozes acompanharam os primeiros passos do grupo. "A imprensa sempre nos tachava de mais um projeto social, dizendo que estávamos recuperando marginais e não considerava o Bando como teatro, como projeto artístico", lembra Meirelles, que também enfrentou resistência interna no grupo, por ser branco e de classe média.

O encontro com o cantor baiano Caetano Veloso, em temporadas no Rio, agregou ao Bando o respeito nacional e internacional, passando a ser reconhecido como um grupo artístico de talento e de forte expressão, o que ampliou as expectativas e projetos do grupo. Trabalhos com atores consagrados da televisão brasileira à época, como Vera Holtz e Guilherme Leme, também contribuíram para tanto, além da parceria com artistas renomados internacionalmente e a participação

no cinema com o filme *Jenipapo*, de Monique Gardenberg.

Dentre as peças de maior destaque em sua trajetória estão a Trilogia do Pelô, formada pelos espetáculos *Essa é nossa Praia*, *Ó Pai Ó* e *Bai Bai Pelô*, que são resultantes da observação e pesquisa dos atores sobre a saga dos habitantes do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho), deslocados de suas moradas por conta de sua polêmica reforma (1990); *Zumbi*, que trata da questão da moradia na cidade, também fruto de investigação dos atores junto a moradores de invasões e favelas; *Medea material*, sobre a dominação e resistência cultural; e o polêmico musical *Cabaré da Rrrrrraça*, espetáculo que discute o negro como objeto e sujeito de consumo. Nesta peça, em cartaz desde 1997, e que abriu em novembro último o 3º Festival Internacional de Arte Negra em BH, são encontradas as mais diversas formas de racismo, lançadas para o público utilizando-se do humor como

gancho para a reflexão. "*O Cabaré não dá respostas, o papel dessa peça é lançar as inquietações, fazer o público rir primeiro e depois refletir*", afirma a atriz Auristela Sá, há 11 anos no grupo.

Integrante desde a sua fundação, o ator Jorge Washington avalia o diferencial deste teatro, "*No Bando a gente se expressa como ator e como cidadão, exercito a minha militância negra no palco, coisa que não posso fazer nos palcos centrais. Aqui não tem glamour, tem realidade, tem resistência*", diz. O Bando de Teatro Olodum é drama, é política, é dança e é música também. Nesta mistura de artes, talentos se revelam e são revelados a cada espetáculo. Na primeira premiação dada a um integrante do Bando, o ator Lázaro Machado recebeu o *Prêmio Copene de Teatro*, reconhecimento dado aos destaques do teatro baiano, como melhor ator coadjuvante na peça *Ó Pai Ó*, em 2001. "*Foi importante pro Bando, pois passou a ser visto de vez como um grupo de ar-*

tistas profissionais, e não de amadores. Hoje sou um ator completo e enfrento qualquer espetáculo graças a essa experiência", orgulha-se Lázaro, que continua seu sucesso no teatro baiano com outros trabalhos.

Foi emocionando a platéia com sua voz, ao mesmo tempo popular e erudita, na peça *Bai Bai Pelô*, que a cantora Virgínia Rodrigues se lançou para o mundo, sendo hoje comparada a divas como Nina Simone e reconhecida pelo "New York Times" como "uma das mais impressionantes cantoras do Brasil nos últimos anos". "*O Bando tem a missão de mostrar pra sociedade que se teatro já é difícil neste país, pior é fazer teatro negro, porque traz coisas pro palco que ninguém quer ver ou discutir*", diz a cantora. Outra revelação da companhia é o ator global Lázaro Ramos, um dos melhores e mais premiados atores do Brasil na atualidade, que em seu primeiro papel no teatro, aos 17 anos, foi destaque na peça *Zumbi*.

Apesar do reconhecimento, o

Bando de Teatro Olodum chega aos 15 anos ainda sem estabilidade financeira, com dificuldades em conseguir patrocínio "*Descobrimos um jeito inovador de fazer, dizer e mostrar, mas o que a gente fala é muito duro, e isso não tem agradado os patrocinadores*"., lamenta Valdinéia Soriano, há 15 anos no Bando. "*Se já fazemos tudo isso sem dinheiro, imagina o que não poderíamos fazer com um patrocínio certo*", completa. Estão planejadas para 2006 as montagens dos espetáculos *África*, infanto-juvenil, e do *Processo Marighella*, em homenagem ao revolucionário baiano Carlos Marighella. O processo de montagem destes espetáculos se dá por meio da parceria do grupo com o Teatro Vila Velha, onde reside o grupo, promovendo seminários e debates acerca dos temas de suas peças para a participação da comunidade. É o Bando, há quinze anos trazendo a reflexão crítica sobre nossa realidade através da arte.

**Estudante de jornalismo da Faculdade de Salvador*

Bando de Teatro Olodum, rito de iniciação de uma geração

*Fernanda Felisberto**

Minhas memórias sobre o Bando de Teatro Olodum e seus 15 anos de existência misturam-se com a minha entrada "oficial" no Movimento Negro, que foi via o 1º Senun (Seminário de Universitários Negros). O Bando, para aquele meu momento, era a coroação de uma estética negra e de uma linguagem que servia de espelho, eu me encontrava, via a minha família e vizinhos pretos, todos ali ao alcance das mãos e, o principal, encenando o protagonismo da própria vida. O Bando era uma novidade que já nascia com a nossa cara.

Quando pensei em falar dos 15 anos do Bando de Teatro Olodum e de sua marca de sucesso que combina militância, estética, linguagem e entretenimento, decidi reunir diferentes pessoas, fora de Salvador, que

tivessem o Bando como importante referencial em suas vidas. Assim, na casa de Hilton Cobra, popularmente conhecido por todas(os) como Cobrinha, em uma conversa descontraída, pude colher alguns dos depoimentos que formam parte desta memória do Bando. As pessoas que participaram da entrevista mantêm alguma relação com o Bando, além de serem artistas ou atores de excelência, como sinalizou Cobrinha, e não somente atores, isso faz parte da filosofia do Bando: o artista tem que cantar, dançar, tocar, construir seus textos, etc.

Nesse dia o papo foi com Cobrinha, Débora Almeida, Gustavo Melo, todos da Companhia dos Comuns e a pesquisadora norte-americana Judith Williams, que tem como tema de seu trabalho a

dramaturgia negra no Brasil. Além desse time, também pude conversar com Lázaro Ramos, que também marcou presença no grande mosaico de lembranças. O texto que segue, na verdade é uma grande colcha de retalhos das memórias destas pessoas.

O primeiro contato

Para Cobrinha, o primeiro contato foi diretamente com Márcio Meirelles, em 1990 "... eu já estava aqui no Rio, montando uma companhia de atores e atrizes negras e ele, se não me engano, já estava montando o primeiro espetáculo do Bando Essa é a nossa praia. Já o primeiro contato com o Bando, foi quando a companhia chegou ao Rio, no Teatro Gláucio Gil, para fazer uma semana de apresentação de



vários espetáculos, foi a minha primeira aproximação com aquela estética e, principalmente, com aquela maneira de fazer teatro..."

O estranhamento do nome do espetáculo "Ó pai Ó", foi o ponto de partida para boa parte dos meus entrevistados, para Gustavo Melo "... foi uma grafitação com o nome do espetáculo em um muro que chamou a atenção, para imaginar diferentes combinações, possíveis, com esta frase até chegar à conclusão de que era o jeito com que em Salvador se diz " Olha pra isso..."(risos).

Para Lázaro Ramos, também, foi depois de assistir o mesmo espetáculo que resolveu se candidatar a uma vaga no Bando.

A entrada na companhia destes dois talentosos atores guardou suas particularidades. Lázaro, como era bem jovem nesta época (1992), entrou no grupo dos adolescentes "... tinha que discutir questões pertinentes a esta faixa etária, como virgindade, problemas familiares, uso de drogas..." (risos). Não ficou muito tempo neste grupo e logo passou a integrar a companhia de adultos.

Após uma temporada fazendo teatro amador, Gustavo Melo decidiu que queria mesmo fazer teatro "... Antes de decidir entrar para o Bando, a minha primeira decisão havia sido fazer teatro no Vila, e aí fiz um curso de um mês e depois soube que Márcio iria fazer um curso profissionalizante de um ano, com a presença de atores do Bando. Foi justamente no ano em que eu estava terminando a faculdade, em 1997, fiz a audição e fui aprovado..."

A primeira vez que tive contato com o Bando foi por acaso, eu estava em Salvador para um encontro de estudantes de artes, isto era em 1997, eu estava com uma peça também, junto com o meu diretor Paulo Davi, que tinha um convite para a estréia do "Cabaré da Raça". Eu vi a peça, nunca pensei que fosse trabalhar com o Márcio. Só alguns anos depois, em 2001, eu fiz um workshop e tive a oportunidade de conhecer Márcio e Cobrinha, afirmou Débora Almeida.

Bando, Cia dos Comuns e teatro no Brasil

O Bando quando aparece já assume um grande desafio, Márcio Meirelles chega criando uma nova dramaturgia, já chega fazendo Teatro Negro, afirma Cobrinha, que tem, também, o mesmo ideal criativo na Cia. dos Comuns, que possui quatro anos de existência e tem direção de Márcio Meirelles. Cobrinha fala do amigo, sempre com

muito carinho "... gosto muito da química do Márcio, além da equipe também, é um diretor de que eu sempre gostei. Quando ele chega na Comuns, o Bando já tem 10 anos, o compromisso de fazer um teatro útil, de uma busca estética, ele sabe reconhecer as características dos atores aqui do Rio, por aqui o dinheiro tem sempre que estar na frente, em Salvador não é assim e por aqui ainda tem a desgraça da Rede Globo(risos). Eu gosto sempre de dizer que acho ótimo quando o Bando encena Shakespeare e "Medéia Material", aliás é um dos melhores espetáculos a que eu assisti, pois é



Gustavo Melo

outro desafio com aquela linguagem. Temos algo que é, também, muito positivo para uma companhia negra: o espetáculo "Cabaré da Raça" vai completar 09 anos em cartaz e sempre lota..."

Para Lázaro Ramos, pensar o Bando e a dramaturgia no Brasil "...é colocar o povo em cena, são personagens e questões que fazem parte da minha realidade..." além de toda as inovações que este tipo de prática teatral propicia, a pesquisa sobre o universo racial, permite que cada ator invente o seu texto, são viscerais. Lázaro afirma ainda que o Bando não tem a intenção de ficar parado na mesma história, vários assuntos já foram tratados ao longo destes 15 anos: O Cabaré da Raça é

sobre o negro consumista, Bye Bye Pelô, sobre moradia, etc.

O Bando de Teatro Olodum e a Cia. dos Comuns têm hoje um papel ímpar em nossa memória coletiva, pois estão representando como alguns fatos históricos são vivenciados e sentidos pela população negra, além de se debruçarem sobre a crônica contemporânea do cotidiano que é o que de mais rico há nos textos das duas companhias, afirma Gustavo Melo.

Mas foi interessante observar a sintonia de dois jovens atores, Lázaro e Gustavo, que não estavam juntos no momento da entrevista. Deram o mesmo depoimento sobre dramaturgia no Brasil e dramaturgia negra: os dois compraram o mesmo livro, sobre 50 anos de teatro no Brasil, e criticaram a ausência da dramaturgia negra, nem mesmo Abdias do Nascimento é citado.

A pesquisadora negra norte-



Hilton Cobra

americana Judith Michelle Williams, da Universidade de Kansas, decidiu pesquisar os afro-brasileiros após a leitura de um livro que dizia que no Brasil os negros, nos anos 40, usavam o teatro como instrumento de ação política, "...depois de uma pesquisa, descobri que era o Teatro Experimental do Negro (TEN), aí decidi estudar o teatro no Brasil. Elisa Larkin, esposa de Abdias, me indicou para conhecer o trabalho de

Cobrinha e depois fui apresentada ao Márcio, que me concedeu uma entrevista e muitos materiais, mas eu ainda não vi um espetáculo do Bando, só acompanhei o processo criativo de Márcio junto à Comuns..."

Filhos do Bando

Alguns ilustres filhos do Bando já não estão atuando diretamente dentro Bando, fiquei pensando se uma "diáspora" multiplicadora do Bando estava acontecendo, rapidamente Gustavo Melo me corrigiu "... não é diáspora, mas sim parcerias possíveis, pois me considero filho do Bando, filho do Teatro Vila Velha, mas eu sou da Cia. dos Comuns, mas como temos linguagens muito próximas podemos ficar de curingas de um lado ou de outro. O Bando esteve aqui no Rio em 2003, para fazer "Cabaré da Raça", estava faltando um ator que tinha ido a Portugal, eu o substituí imediatamente, a mesma garantia temos se acontecer algo com a Comuns em Salvador..."

Lázaro Ramos é enfático "...eu sou do Bando de Teatro Olodum, até o ano passado fiz participações em um espetáculo, sempre que for possível e as agendas coincidirem estaremos juntos..."

O Bando hoje, segundo quase todas(os) os entrevistados, está trabalhando em melhores condições, pois sempre se manteve sem financiamento, em razão mesmo da invisibilidade que nos é imposta, individual e coletivamente, o que faz com que a nossa resistência, seja renovada um pouco mais, a cada dia. O Bando amadureceu, esta festa de debutante, na realidade, não é para uma companhia adolescente, que vai começar a experimentar novas formas de atuação. Estes 15 anos expressam um aprimoramento técnico e a força de permanente formação multiplicadora, parafraseando Milton Santos, de um novo período popular na dramaturgia.

**Doutoranda em Antropologia - PUC/SP*

Errata: Na edição do IrohIN nº 12 correspondente a agosto e setembro de 2005, a ficha técnica do espetáculo Bakulo - Os bem lembrados, não foi publicada na íntegra, segue a ficha técnica.

Texto: Márcio Meirelles com a colaboração de Gustavo Melo, Felipe Koury e elenco da Cia dos Comuns - **Letra dos Raps:** Rodrigo dos Santos | Fragmentos de textos do Livro "Por uma outra globalização", de Milton Santos - **Direção:** Marcio Meirelles / **Coreografia:** Zebrinha / **Figurinos:** Biza Vianna / **Música:** Jarbas Bittencourt / **Cenário:** Marcio Meirelles / **Desenho de Luz:** Jorginho de Carvalho - **Elenco:** Cridemar Aquino (Vadiagem) | Débora Almeida (Walkiria) | Fábio Negret (Ti) | Gustavo Melo (Galdino) | Hilton Cobra (Ernesto) | Rodrigo dos Santos (Supermente Black) | Tatiana Tibúrcio (C.G.) | Valéria Mona (Bibi) | Vânia Massari (Miúda) - **Músicos:** Alanzinho Rocha (cavaquinho e violão) | Filipe Juliano (flauta transversa) | Frida Maurine (violino) | Gláucia Brum (viola) | Rocino (sax e violão)



Bando de Teatro Olodum

A diferença é que nesse reflexo eu **tenho talento**

Com o Bando, a negritude é levada à máxima potência no que ela tem de mais significativo, criativo e crítico

Katia Santos*

Na orelha do livro "O Teatro do Bando: Negro, Baiano e Popular", de Marcos Uzel, a atriz Ruth de Souza afirma haver um hiato de mais de 50 anos entre o TEN (Teatro Experimental do Negro) e o Bando, e que este último seria "um dos raros grupos a conseguir dar continuidade e a contribuir para a afirmação do ator negro no campo da arte brasileira". Quando li essa declaração foi que me dei conta de que a emoção que eu senti ao assistir à peça "Ó Paí, Ó!" só teria tradução imediata se não tivesse havido o tal hiato entre os citados grupos negros de dramaturgia. Como se já não bastasse estar em Salvador, tive ainda a oportunidade de assistir (3 vezes!) à montagem de "Essa é a Nossa Praia". Foi maravilhoso me ver refletida naquele maravilhoso espelho em que o palco se transformara. A diferença era que naquele reflexo eu tinha talento. Mentia o espelho? Não! O espelho era o Bando

de Teatro do Olodum – que para mim passou a ser o meu Olodum, com todo o respeito que tenho à banda de mesmo nome. Foi uma experiência indescritível ver, literalmente, um bando de negros, sendo negros, numa peça de teatro que nos fazia rir e refletir sobre as questões apresentadas por seus personagens, por mais engraçadas que fossem suas performances. No final da minha viagem eu já tinha personagens prediletos: saí de Salvador apaixonada por Severino Lixeiro (Fábio Santos), de quem inclusive decorei algumas falas; a ginga e o sorriso de Seu Matias (Jorge Washington) já me informavam que aquele ser teria que habitar o meu universo para sempre; a Baiana (Rejane Maia) para mim era todas as mulheres negras do mundo em uma só pessoa; o Pintor (Rivaldo Rio) todo ludismo com seu pincel em riste, fosse ele o pintor o Pelô não teria perdido a cor; Maria de Bonfim (Ar-

lete Dias) não sabe mas ela pertence à minha família, eu a adotei, e a reconheço mesmo quando se transveste de outras personagens. Assim, o bando passou a fazer parte da minha vida. Passou a ser também meu veículo de informação. Lembro-me sempre de um dia, um bom tempo depois deste primeiro encontro, quando perguntei ao ator Ednaldo Muniz qual era o significado daquele enorme X que ele trazia na camiseta do Olodum, e ali fui informada da existência (sim, ele está no meio de nós!) de Malcolm X. E mais tarde descobriria também que o Bando, para nós negros, tem também fins terapêuticos. Esta descoberta se deu quando eu assistia à "Cabaré da Raça" no Rio de Janeiro e, de repente, no meio da peça, eu tinha um microfone para relatar no *timing* da peça a situação de racismo que eu havia passado pouco tempo antes na portaria de um prédio da zona sul do Rio de

Janeiro. Nunca pensei que eu teria coragem. Mas a coragem não era minha, era emprestada do Bando que, assim como o nome Malcolm X, me ensinava também o que pode ser uma sessão de *open mic*. Acho que é isso: o Bando para mim é o meu *open mic*, onde a minha negritude, no que ela tem de mais significativo, criativo e crítico, é levada à máxima potência sonora. Há dias nebulosos em que para me fortalecer danço ao som de Luciano Patrocinado (Cristóvão da Silva) numa sequência restauradora de *Separatismo Não/Ilê de Luz/Negrume da Noite*, da última faixa do CD do Cabaré. É tão eficaz quanto banho de folhas.

Vida longa a esse grupo de menestréis das causas negras.

**Dra. em literatura, professora visitante de cultura brasileira, afro-brasileira e afro-americana na Universidade da Carolina do Norte em Charlotte, EUA.*

Receba o Irohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita. Fortaleça a divulgação da imprensa negra. Envie seu pedido para:

Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF
Ou para irohin@terra.com.br



Foto: Verônica de Carvalho Maia

29

TEATRO



Educação Negra em perspectiva histórica

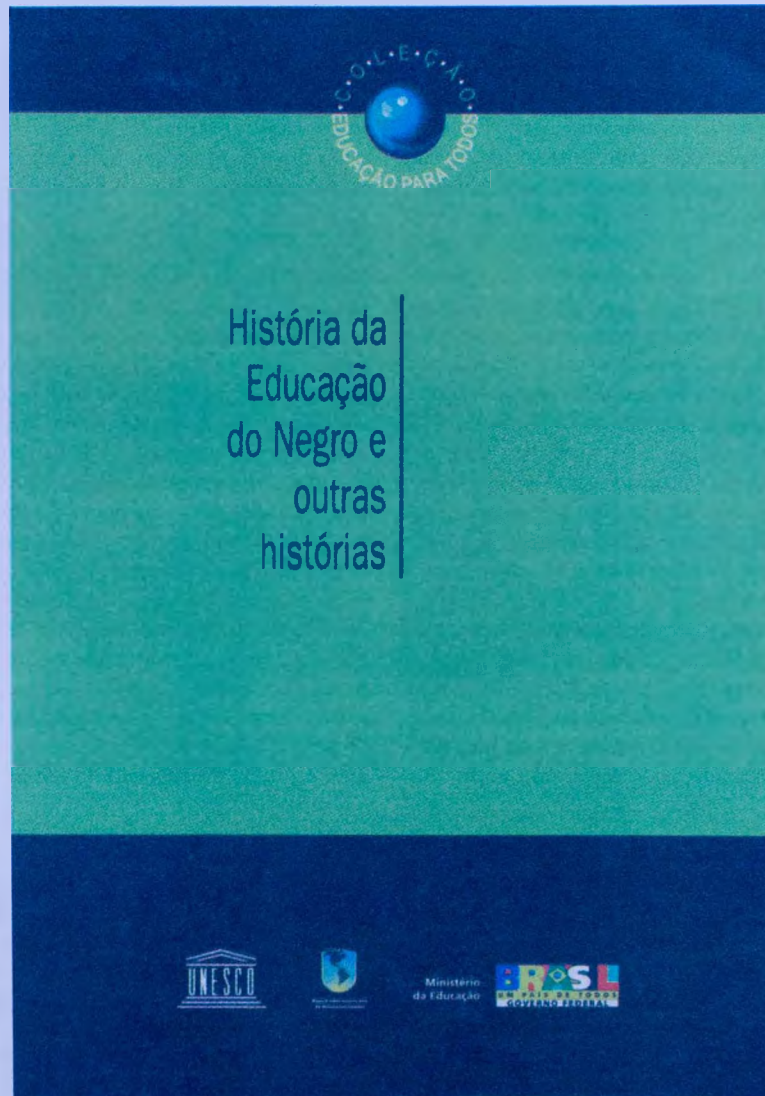
Abordagens da história da interdição e do acesso do negro à educação põem em xeque as versões canônicas da história da educação brasileira

*Lunde Braghini

Sexto volume da coleção Educação Para Todos, publicada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), *História da Educação do Negro e outras histórias*, organizado por Jeruse Romão, repete o formato-coletânea presente em outros títulos editados em 2005, como é o caso de *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03* e de *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*; e também do reeditado *Superando o racismo na escola*. Só estes quatro livros, para se ter uma idéia, somam cinquenta artigos, assinados por 48 autores.

Os 14 artigos dos 15 autores presentes em *História da Educação do Negro* colocam as dificuldades de apreciação conjunta que são características do gênero coletânea. No entanto, é possível arriscar um golpe de vista geral e afirmar que o livro cumpre o importante papel de "projetar" ou "rebatê-lo" (no sentido da geometria) sobre o plano da história da educação brasileira alguns temas fundamentais que, no debate recente sobre a adoção das cotas como medidas de ação afirmativa nas universidades brasileiras, tinham ficado como que confinados no "presente" da história.

Em outras palavras, a impressão é a de que nos debates sobre ação afirmativa no campo da educação a polêmica ficou em parte ancorada em argumentos relativos à realidade do "tempo presente", como se se tratasse de luta sem passado ou mesmo nova. Isso se deu, certamente, por ter sido nesse terreno que os brancos se enclausuraram para argumentar acerca



dos supostos "efeitos perversos" da movimentação negra por políticas de ação afirmativa, alegando que o problema não seria racial, mas social; que se iria criar um problema racial onde o mesmo inexistia; que brancos pobres seriam os mais prejudicados etc.etc.

Nos artigos de Carlos Alberto Medeiros, de Maria Aparecida Silva Bento, de André Ricardo Nunes Martins, dentre outros da segunda parte do livro *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*, intitulada "Em defesa de ações afirmativas para a inclusão dos negros

no ensino público superior brasileiro", pode-se conferir o brilho e contundência da contra-argumentação negra, na qual, todavia, raramente se fizeram presentes as contribuições que a historiografia da educação do negro tem condições de aportar, como mostra *História da Educação do Negro*.

No artigo de abertura, Mariléia dos Santos Cruz questiona duramente as linhas da disciplina universitária História da Educação Brasileira, que nunca contemplou os fatos relativos à interdição e ao acesso do negro à educação; aspectos presentes no livro, com a consideração, por exemplo, da maioria "parda" nas escolas mineiras do século XIX (Marcus Vinicius Fonseca); dos conteúdos relativos à população negra na escola pernambucana, entre 1919 e 1934 (Lídia Nunes Cunha); ou da escolarização negra na virada para o século XX em São Paulo (Surya Aaronovich Pombo de Barros).

Não à toa os trabalhos dialogam e convergem. Fonseca cita o discurso de paraninfo de Aurélio Pires, em 1909, que advertia as normalistas, em Belo Horizonte: "tereis, pois, que vos avir, com alunos grosseiros, rebeldes, bravios, em cujo coração haverá explosões súbitas e formidáveis de ferocidade primitiva de antepassados selvagens" (p.111). Numa mesmíssima linha, Lídia Nunes Cunha constatou, no caso pernambucano, que: "os conteúdos ministrados na Escola Normal para as futuras professoras primárias não escondem o medo e a desconfiança que se levantam ante a pos-

sibilidade de ministrar para as populações pobres e heterogêneas a instrução básica, justificando então a necessidade de um rígido controle dessa escola” (p.233).

Um dos pontos altos do livro é o artigo da própria organizadora acerca de aspectos pouco conhecidos da experiência de educação de adultos no Teatro Experimental do Negro. Jeruse Romão faz conjecturas muito precisas sobre o impacto que a conjugação de teatro, jornal e alfabetização de adultos no espaço físico da União Nacional dos Estudantes – onde o TEN se reunia –, nos anos 50, pode ter tido na própria conformação de experiências marcantes que notabilizariam figuras como Paulo Freire e Augusto Boal nos anos 60. A ponte entre o TEN e Freire era Guerreiro Ramos, até hoje um “sociólogo maldito”, em cuja obra, bem como na de Álvaro Vieira Pinto, o pedagogo pescou a palavra “conscientização”, como mostra Jeruse Romão.

Se estas pistas forem férteis como prometem, um dia parecerá ironia que Lauro Cornélio da Rocha – autor de um dos dois artigos em que me parece menos forte o discurso negro –, ao evocar a obra do pedagogo para embasar uma proposta de metodologia para a elaboração dos currículos numa perspectiva “etno-racial”, tenha achado necessário ressaltar: “Os passos da metodologia têm como fundamento a dialogicidade. Gostaria de chamar a atenção do leitor, alertando que *a metodologia dialógica não foi construída especificamente para a análise da questão racial*. Ela se constitui numa ferramenta importante para análise da realidade, na busca da transformação das relações. Neste sentido, ela serve ao nosso propósito” (p.210, grifos meus).

Assim como o ensaio sobre o TEN, os trabalhos sobre o espaço do ensino técnico e das escolas do Movimento Negro (Geraldo da Silva e

Márcia Araújo), e sobre os pré-vestibulares para negros e carentes (Alexandre Nascimento) focalizam, embora não exclusiva ou principalmente, diversos momentos de experiências negras de constituição de espaços autônomos de educação. A tensão na adoção e implementação de leis e de políticas públicas é tematizada na abordagem das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lucimar Rosa Dias) e das cotas na Uerj (Maria Alice Rezende). E a consideração a respeito das possibilidades de presença da consciência negra nos espaços escolares ordinários está presente na rica articulação conceitual em torno de História da África (Henrique Cunha Jr.) e nas inquietações sobre modos de consideração da cultura de consciência negra – e não do racismo como “principal” – na escola (Amauri Mendes Pereira).

Por fim, mas não menos, registrem-se dois artigos centrados na

exploração da história oral e da história de vida, abordando a trajetória de formação de um professor negro (Cláudia Regina de Pádua) e os depoimentos de mulheres catarinenses no século XX (Paulino de Jesus Francisco Cardoso). Na síntese deste último trabalho encontra-se também o espírito que parece animar o livro como um todo: “Nas falas dessas mulheres afro-descendentes, a vida marcada pela limitações estruturais de um país fruto da colonização e escravidão africana não é passível de ser reduzida a reflexos destas condicionantes”.

Ficha técnica: História da Educação do Negro e outras histórias. Organização: Jeruse Romão. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

***Jornalista (DF) e mestre em comunicação social**

“A educação carece de princípios éticos que orientem a prática pedagógica e a sua relação com a questão racial na escola e na sala de aula. Isso não significa desrespeitar a autonomia do professor, mas entendê-la e muitas vezes questioná-la. Significa perguntar até que ponto, em nome de uma suposta autonomia, uma professora pode colocar uma criança negra para dançar com um pau de vassoura durante uma festa junina porque nenhum coleguinha queria dançar com um “negrinho”. Discutir essa autonomia do professor representa, também, denunciar práticas em que o (a) professor (a) estabelece que o castigo para os alunos “desobedientes” será sentar ao lado do aluno negro da sala”

(Nilma Lino Gomes, *Superando o racismo na escola*, 2ª edição, 2005, p.149-150)

“Professora planejando as atividades da Semana Santa pergunta aos alunos: Vamos fazer um teatro sobre a paixão de Jesus Cristo. Para tal, precisaremos de um aluno que se disponha a fazer o papel de Jesus. Quem topa? A.A.B., criança negra, extrovertida, responde: Eu topo. Silêncio absoluto. Ninguém diz nada, nem as outras crianças brancas, nem a professora. Após cinco segundos é o A. quem quebra o silêncio: Pode deixar, não quero ser mais não!!! A professora contou o episódio para a vice-diretora pedindo que não comentasse o ocorrido com os pais do aluno, pois a mesma afirmara ter ficado desarmada, sem saber o que falar.

(Brito, Benilda apud Amauri Mendes Pereira, *História da Educação do Negro e outras histórias*, 2005, p.39)

“Bruna pergunta para Fernanda, menina branca, se ela pode entrar no grupo. Fernanda não responde. Bruna repete a pergunta três vezes. Fernanda então responde que em seu grupo já tem cinco alunos. Bruna fica sozinha, sem ação. Jéssica, sua companheira, também permanece sem grupo. A professora caminha pela sala e não percebe esse acontecimento. Jéssica e Bruna estão sempre em busca da professora. Outras crianças na sala de aula se encontram sempre bem entrosadas, como Pedro, um menino branco, e Fernanda, menina branca. Bruna fica perto da colega Fernanda, de cujo grupo gostaria de fazer parte, e senta-se. Porém, no grupo ninguém conversa com ela. Com o tempo, percebe-se que Bruna está visivelmente chateada e, ambas, Jéssica e Bruna, permanecem sem grupo”

(Eliane Cavalleiro, *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*, 2005, p.81)

O CARNAVAL DA SAGRADA ESPERANÇA E DO NEGRO NO PODER

O carnaval da população negra baiana sempre foi interessado em revelar o que o Brasil racista nunca quis. Da Embaixada Africana, do final do século dezenove, até os nossos dias de Ilê Aiyê, Male Debalê, Olodum, Muzenza, Badauê, Okanbi e muitos e muitos outros, afirmar a cultura de matriz africana foi sempre o objetivo dos nossos bisavós e avós, e da juventude negra baiana a partir dos anos setenta. Para a transmissão dessa cultura, o compositor, o cantor tiveram papel preponderante. Deixamos uma pequena mostra deste canto do carnaval de 2006 do Ilê Aiyê e do Olodum. (de Salvador, Jônatas Conceição).

OLODUM SAGRADA ESPERANÇA

COMPOSITORES: Adailton Poesia e Valter Farias

Reconstruamos a nação Angola
A emoção vem à memória
"Minha pátria, mãe país"
Exalto a resistência quilombola
Kifagongo, Ginga heróica
Por uma Angola feliz

Olodum se joga ao mar
E faz a rota da história
Alfa-Omega a dançar
Vem das cinzas para a glória
Turbinando o Rio Kwanza
É a luz de norte a sul
Rainha Ginga na Bandeira
Canta Angola Olodum

Êh, Áh, Êh, Ah, Êh, Áh, Êh, Ah
"Na sagrada esperança nós havemos de voltar"
A capital de Angola é Luanda, Luanda, Luanda
E quem balança o Pelô
É o Olodumaré, Maré, Maré, Maré

Deus dos deuses e o samba
Esse transe que arrepia
Veio de Angola escravizado
E hoje faz essa folia
É um legado quilombola
Que nos dá força pra vencer
É a resistência ativa
Que nos faz acontecer

ILÊ AIYÊ FORÇA AFRO-BRASILEIRA

COMPOSITORES: Marquinhos Marques, Jorge Garcia e Ed Junior

O Iyalorixá maior
Zeladora da crença, candomblé

Mãe Hilda Jitolu, guerreira
Mãe Stela de Oxossi, guerreira
Arany a força da negra afro-brasileira
(bis)

Que amamentam os filhos na labuta seu suor e sangue
Mas não se rendem, mas não se vendem
Nunca, nunca jamais

Oxum mandou avisar
Oxossi mandou me dizer (bis)

Não há vitória quando a luta não é justa
Não há, não há
Sempre foram injustos conosco

Se o poder é bom eu quero
Abdias tem o poder
Se o poder é bom eu quero
Rei Pelé também tem poder
Se o poder é bom eu quero
O Ilê Aiyê tem poder
Se o poder é bom eu quero
Vovô também tem poder

Oxum mandou avisar
Oxossi mandou me dizer (bis)

Não há vitória quando a luta não é justa
Não há, não há
Sempre foram injustos conosco

Se o poder é bom eu quero
Luiz Inácio tem o poder
Se o poder é bom eu quero
Gilberto Gil também tem poder
Se o poder é bom eu quero
Nelson Mandela tem poder
Se o poder é bom eu quero
Kofi Annan também tem poder



Jônatas Conceição,
diretor do Ilê Aiyê

CARNAVAL & CANÇÃO



ISSN 18085369



9 771808 536008 >